



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

RESOLUÇÃO Nº 4/REIT - CEPEX/IFRO, DE 25 DE SETEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a aprovação da Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, Subsequente ao Ensino Médio, modalidade presencial, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Jaru.

O CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições regimentais estabelecidas pelo Estatuto do IFRO no art. 13 da [Resolução Consup/IFRO nº 61, de 18 de dezembro de 2015](#), tendo em vista o Processo SEI nº 23243.005246/2019-39 e a aprovação unânime na 33ª Reunião Ordinária do CEPEX, realizada em 20 de setembro de 2024, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, Subsequente ao Ensino Médio, modalidade presencial, do IFRO/*Campus Jaru*, anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

MOISÉS JOSÉ ROSA SOUZA

Presidente

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepex)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)

ANEXO I

RESOLUÇÃO Nº 4/REIT - CEPEX/IFRO, DE 25 DE SETEMBRO DE 2024. REFORMULAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO, SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO, MODALIDADE PRESENCIAL, DO IFRO/CAMPUS JARU - LINK 2300603.



Documento assinado eletronicamente por **Moisés José Rosa Souza, Presidente do Conselho**, em 26/09/2024, às 19:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2415754** e o código CRC **1A145536**.



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

Reformulação do Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio apresentado à Diretoria de Ensino do *Campus* Jaru pela Comissão nomeada pela Portaria Nº 201/JARU - CGAB/IFRO, de 18 de agosto de 2022.

Membros da Comissão:

Renato Delmonico
Carlos Emanuel Aires Guimarães
Ana Paula Alves Gonçalves
Alana Mara Kolln
Carlos José Ribeiro
Marcela Regina Stein dos Santos
Josilene da Cruz Soares Silva
Caroline Dias Tavares Pinheiro
Matusalem Aliares da Silva
Alan Cândido da Silva
Fabiana Alves da Silva
Elisabete Ferraz Sanches
Marcelo Moysés Corilaço
Cleuza Diogo Antunes



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Total de vagas no primeiro ano de implantação	16
Quadro 2 – Total de vagas durante o prazo de integralização	16
Quadro 3 – Matriz Curricular	37
Quadro 4 – Requisitos de formação por disciplina	55
Quadro 5 – Docentes que atuarão no curso e sua formação	58
Quadro 6 – Titulação corpo docente	59
Quadro 7 – Equipe Técnico-Pedagógica.....	65
Quadro 8 – Infraestrutura e respectivas quantidades e dimensões em metros quadrados	67



SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	8
1.1	Dados da instituição	8
1.2	Dados da unidade de ensino	8
1.3	Corpo dirigente	8
1.4	Histórico da instituição	9
1.4.1	Breve histórico do IFRO	9
1.4.2	Breve histórico do Campus	10
1.4.3	Dados socioeconômicos da região	14
2	APRESENTAÇÃO	15
2.1	Identificação do Curso	15
2.2	Total de Vagas	16
2.3	Justificativa	16
2.4	Público-Alvo	19
2.4.1.1	<i>Forma de ingresso</i>	20
2.5	Objetivos	20
2.5.1	Objetivo geral	20
2.5.2	Objetivos específicos	20
2.6	Perfil de Egresso	21
2.6.1	Áreas de Atuação	25
3	ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR	25
3.1	Concepção Metodológica	25
3.1.1	Estratégias de ensino previstas no curso	27
3.1.2	Transversalidade no currículo	29
3.1.3	Estratégias de acompanhamento pedagógico	31



3.1.4	Estratégias de Flexibilização curricular.....	32
3.1.5	Estratégias de desenvolvimento de atividades não presenciais ou semipresenciais.....	33
3.1.5.1	<i>Atividades de Tutoria</i>	35
3.1.6	Outras atividades previstas para o curso	35
3.2	Estrutura Curricular	36
3.2.1	Matriz Curricular.....	37
3.3	Avaliação	38
3.3.1	Avaliação do processo de aprendizagem	38
3.3.2	Avaliação do curso.....	40
3.4	Prática Profissional	41
3.4.1	Prática Profissional Intrínseca ao Currículo	41
3.4.2	Prática Profissional Supervisionada – estágio e/ou atividade equiparada	42
3.4.2.1	<i>Prática Profissional Supervisionada - Estágio</i>	42
3.4.2.2	<i>Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)</i>	43
3.4.2.3	<i>Prática Profissional Supervisionada - atividade equiparada e/ou aproveitamento de atividades profissionais</i>	44
3.5	Atividades Complementares	45
3.6	Políticas de Inclusão e Apoio ao Discente	46
3.6.1	A inclusão educacional	46
3.6.2	Apoio ao Discente.....	49
3.7	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC).....	50
3.7.1	Multimeios Didáticos	51
3.7.2	Recursos de Informática	51
3.7.3	Ambiente Virtual de Aprendizagem.....	52
3.8	Acompanhamento do Egresso	53
3.9	Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão	54



3.9.1	Integração com rede pública e empresas	54
3.10	Certificação	55
3.10.1	Certificação de Conclusão de Curso	55
3.10.2	Certificação Intermediária	55
4	EQUIPE DOCENTE E TUTORIAL PARA O CURSO	55
4.1	Requisitos de formação	55
4.2	Docentes para o curso	58
4.3	Índices de qualificação dos docentes do curso	59
4.4	Política de aperfeiçoamento, qualificação e atualização	60
5	GESTÃO ACADÊMICA	61
5.1	Coordenação Do Curso	61
5.2	Colegiado de curso	61
5.3	Assessoramento ao curso	62
5.3.1	Diretoria de Ensino	62
5.3.1.1	<i>Departamento de Apoio ao Ensino (DAPE)</i>	<i>62</i>
5.3.1.2	<i>Coordenação de Assistência ao Educando (CAED)</i>	<i>62</i>
5.3.1.3	<i>Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA)</i>	<i>63</i>
5.3.1.4	<i>Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas</i>	<i>63</i>
5.3.2	Departamento de Extensão	64
5.3.3	Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	65
5.3.4	Equipe técnico-pedagógica	65
6	INFRAESTRUTURA	66
6.1	Infraestrutura física e recursos materiais	66
6.1.1	Estrutura Física	67
6.1.2	Recursos materiais	67



6.2	Infraestrutura de acessibilidade às pessoas com necessidades educacionais específicas	69
6.2.1	Acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida	69
6.2.2	Acessibilidade para alunos com deficiência visual.....	69
6.2.3	Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva	70
6.3	Infraestrutura de informática	70
6.3.1	Laboratórios.....	70
6.4	Infraestrutura de laboratórios.....	71
6.4.1	Laboratórios Didáticos de Formação Básica.....	71
6.4.2	Laboratórios Didáticos de Formação Específica.....	72
6.5	Biblioteca	72
6.5.1	Demonstrativo da relação unidade/quantidade.....	73
6.6	Outros ambientes específicos de ensino e aprendizagem.....	73
7	BASE LEGAL.....	74
7.1	Diretrizes curriculares nacionais do curso.....	74
7.2	Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico- raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena	74
7.3	Diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos	74
8	REFERÊNCIAS	76
9	APÊNDICE: PLANOS DE DISCIPLINAS.....	80



1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1 Dados da instituição

Nome da Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

CNPJ: 10.817.343/0001-05

Endereço: Avenida Lauro Sodré, 6500, Bairro Aeroporto.

Cidade/UF/CEP: Porto Velho, Rondônia – CEP 76.803-260

Telefones: (69) 2182-9601

E-mail: reitoria@ifro.edu.br

1.2 Dados da unidade de ensino

Nome: IFRO - *Campus* Jaru

CNPJ: 10.817.343/0010-98

Endereço: Av. Ver. Otaviano Pereira Neto, nº 874, Setor 2

Cidade/UF/CEP: Jaru, Rondônia - CEP: 76.890-000

Telefones: (69) 9 9918-2512 e (69) 9 9989-6257

E-mail: campusjaru@ifro.edu.br

1.3 Corpo dirigente

Reitor: Moisés José Rosa Souza

Pró-Reitora de Ensino: Jean Peixoto Campos

Pró-Reitora de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: Xênia de Castro Barbosa

Pró-Reitor de Extensão: Marcela Regina Stein dos Santos

Pró-Reitor de Administração: Elisandro de Moura Martins

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Mauro Henrique Miranda de Alcântara

Diretor Geral do *Campus*: Renato Delmonico

Telefone: (69) 9 9918-2512

E-mail: dg.jaru@ifro.edu.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1546265378678990>



Diretor de Ensino: Michael Marçal dos Reis

Telefone: (69) 9 9396-9810

E-mail: de.jaru@ifro.edu.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9062742094047754>

Chefe do Departamento de Apoio ao Ensino: Aline Alves Costa

Telefone: (71) 9 9158-5066

E-mail: dape.jaru@ifro.edu.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2176386423341811>

Coordenadora do Curso: Aline Rosa Gomes

Telefone: (69) 9 9989-6257

E-mail: aline.rosa@ifro.edu.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4503754594410843>

1.4 Histórico da instituição

1.4.1 Breve histórico do IFRO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado por meio da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica composta pelas escolas técnicas, agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), transformando-os em 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

É uma Instituição que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, centenária, que surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, à época com previsão de implantação de unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena, e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais, quanto às disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi. Especializa-se em oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, dispondo mecanismos para educação continuada.

Os Marcos Históricos do Instituto Federal de Rondônia estão descritos no Plano de Desenvolvimento Institucional IFRO/2023-2027.

O Instituto Federal de Rondônia está fazendo investimentos substanciais na ampliação de seus *Campi* e de sua rede. Para o ano de 2024, a configuração é esta: uma Reitoria; dez *Campi* implantados: Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste, Guajará-Mirim, Jaru e o *Campus Avançado São Miguel do Guaporé*.

1.4.2 Breve histórico do Campus

O município de Jaru fica localizado no Estado de Rondônia, a 291 km da capital Porto Velho. Situa-se na BR 364, fazendo divisão limítrofes com os seguintes municípios: ao Norte, com Theobroma; ao Sul, com Mirante da Serra e Nova União; a Oeste, com Cacaulândia e Governador Jorge Teixeira; a Leste, com Vale do Paraíso e Ouro Preto do Oeste.

O município é considerado extremamente importante para o desenvolvimento econômico do estado por diversas razões, dentre elas podemos citar: forte produção na agroindústria; apresenta um número populacional superior a cinquenta mil habitantes, possui vários municípios menores em seu entorno e há inúmeras empresas fortes nas diversas áreas do comércio. No entanto, o município era carente de instituição de ensino que oferecesse educação profissional e tecnológica para atender às demandas local e regional.

Nesse contexto, em 2012, em atendimento aos pedidos por parte de autoridades da educação do município de Jaru, no sentido de ofertar cursos profissionalizantes aos cidadãos da região, o IFRO implantou um Polo de Educação a Distância, dando, portanto, início às atividades de ensino com a oferta de quatro cursos do Programa de Formação Inicial em Serviços dos Profissionais de Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (PROFUNCIONÁRIO), com abertura de 200 vagas para atendimento aos servidores públicos do município e região, com o seguintes cursos: Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Secretaria Escolar.

Os cursos foram ofertados via EaD, por meio de uma parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR), cujo objetivo foi proporcionar qualificação profissional aos servidores públicos que atuavam na área de apoio técnico (merendeiras, zeladoras e agentes administrativos) da educação estadual e municipal de Jaru. Os cursos foram de suma importância para o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores com grande percentual de aproveitamento acadêmico e baixa evasão. É importante dizer que, de acordo com o trabalho de acompanhamento dos egressos, muitos alunos tiveram suas vidas alteradas para melhor, após concluírem os cursos ofertados pelo IFRO, por exemplo, mudando de função dentro da instituição onde eram lotados. Esses alunos eram matriculados no *Campus* Ariquemes, porém atendidos em Jaru, com um encontro presencial uma vez por semana.

Em 2013, com a finalidade de expandir as atividades do IFRO no Estado e atender um maior número de pessoas, deu-se início ao processo de implantação da Unidade de Educação Profissional (UEP) de Jaru, vinculada ao *Campus* Ji-Paraná, cujo objetivo foi atender às necessidades de oferta de educação profissional gratuita à comunidade do município e adjacências pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). No entanto, tal demanda não foi atendida.

Ainda em 2013, o *Campus* Porto Velho Zona Norte ofertou os cursos Técnico em Informática e Técnico em Finanças. E em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR) ofertou também o Curso Agente Comunitário de Saúde. Entretanto, não houve continuidade, pois o IFPR cancelou o referido curso por motivos adversos. Então, para que os alunos não ficassem prejudicados, o *Campus* Porto Velho Zona Norte proporcionou a esses alunos o curso de Cuidador de Idoso.

A partir dessas ações, intensificou-se a manifestação de interesse por parte de autoridades locais para implantação de uma unidade de ensino definitiva do IFRO em Jaru. Por meio do Ofício N° 138, de 21 de fevereiro de 2013, o Executivo Municipal de Jaru considerou a atuação do Instituto como destaque na formação de pessoal e oficializou a intenção da Prefeitura em receber um *Campus*, com os seguintes argumentos:

O Município possui economia expressiva, sendo a segunda maior bacia leiteira per capita do país e a maior da Região Norte.

Há 51.933 habitantes no Município, dentre os quais 15.210 são jovens e adultos entre 15 e 29 anos de idade.

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita é de R\$ 28.433,31, contra R\$ 22.252,80 da cidade de Ouro Preto do Oeste, que tem o número de habitantes que mais se aproxima de Jaru. Considera-se ainda que o PIB per capita é maior que o de Cacoal, Colorado e Ariquemes, onde já existem *Campi* do IFRO instalados.

Jaru possui o maior frigorífico do Estado, 2 laticínios, expressiva produção de peixe e comércio significativo.

O Município atende administrativamente as áreas de Governador Jorge Teixeira, Theobroma e Vale do Anari, envolvendo uma população de aproximadamente 100.000 pessoas; além disso, aproxima-se dos Municípios de Nova União, Ouro Preto do Oeste, Mirante da Serra e Vale do Paraíso, num total que atinge quase 20.000 km².

A Prefeitura se comprometeu em doar um terreno para a construção do *Campus* e dispor uma escola com infraestrutura necessária para a instalação inicial da Unidade.

Dessa forma, representantes do IFRO e gestores da prefeitura realizaram várias reuniões, audiências públicas e ações para firmarem parcerias. Culminou que, com a participação da comunidade, de membros do Ministério Público e outras autoridades locais, decidiu-se pela doação de um terreno ao IFRO. Somente após a aprovação da cessão do terreno pela comunidade, através de audiência pública, passou-se a proposta de doação do terreno para a deliberação final dos senhores vereadores. Por fim, a Câmara Municipal de Jaru, através da Lei Municipal N°

1.974/2014, autorizou o executivo municipal a doar o imóvel onde antes funcionava a Exposição Agropecuária de Jaru (EXPOAJA).

Assim, no dia 22 de dezembro de 2014 foi realizada uma solenidade para oficializar a entrega do imóvel ao IFRO para a construção de mais uma unidade de ensino, o *Campus Avançado Jaru*, atualmente *Campus Jaru*.

No decorrer de todo esse processo de doação do lote de terra, o IFRO continuou desenvolvendo suas atividades de ensino através do *Campus Porto Velho Zona Norte* devido à grande procura por cursos técnicos e tecnológicos profissionalizantes.

Por fim, em 2016, foi autorizada pela Portaria Nº 378 de 09 de maio de 2016 a criação de mais uma unidade do IFRO, o *Campus Avançado Jaru*. Neste mesmo ano, foi dado início à construção da sede do *Campus*, sendo, inicialmente, um bloco com três salas de aula e 2 (dois) banheiros. Assim, o Polo de Educação a Distância (com os cursos Técnico em Finanças Subsequente - 2015/2 e Técnico em Cooperativismo Concomitante - 2016/2) dá lugar para o *Campus Avançado Jaru* e os cursos citados foram deslocados para as instalações da sede do *Campus*.

Após inúmeras solicitações para mudança de tipologia do *Campus*, finalmente, em setembro de 2017, o Ministério da Educação autorizou a alteração da tipologia do *Campus Avançado Jaru* para *Campus Jaru*, através da Portaria Nº 1053, de 5 de setembro de 2017.

No ano de 2018, o *Campus Jaru* passou a oferecer os seguintes cursos: Técnico em Comércio Concomitante e Subsequente; Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante, Subsequente e Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Alimentos Concomitante Mediotec e Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Cooperativismo.

Já no ano de 2019, o *campus Jaru*, seguindo uma tendência regional e tendo por base pesquisas de demanda local, expande a oferta de cursos no eixo agropecuária, e passou a ofertar: Bacharelado em Medicina Veterinária e Técnico em Agronegócio Subsequente ao Ensino Médio.

Também no ano de 2019, foi lançado o primeiro curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em *Master Business Administration* (MBA) de Gestão de Instituições Públicas em parceria com o *Campus Zona Norte*.

Atualmente a unidade encontra-se em processo de expansão, preparando a oferta de mais um curso na área de agropecuária, sendo o curso integrado ao ensino médio de Zootecnia. Assim como vem se ampliando a cada ano, a oferta de cursos de curta e média duração de Formação Inicial e Continuada (FIC) em diversas áreas.

1.4.3 Dados socioeconômicos da região

A cidade de Jaru, situada no vale do rio Jaru, surgiu em torno de um posto telegráfico instalado em 1912 pela Comissão da Linha Telegráfica Estratégica Mato Grosso/Amazonas e chefiada pelo então Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon. No entanto, o vale do Rio Jaru já era ocupado pelos seringais e seringueiros desde o século XIX, apesar da resistência imposta pelos indígenas Jaru, que tinham essa região sob seu domínio. Ocupavam, então, uma extensa área que se estendia desde o rio Jaru, afluente da margem esquerda do Rio Ji-Paraná, até as margens do alto curso do Rio Madeira. Em 1915, a Comissão Rondon procedeu à exploração de estudos do Rio Jaru, inclusive, conservaram este nome em homenagem aos habitantes da época: os Jaru.

A História da criação do município de Jaru começa no dia 11 de outubro de 1977, quando foi criado o Distrito de Jaru pela Lei Federal Nº 6.448, subordinado ao município de Ariquemes. Elevado à categoria de município com a denominação de Jaru, pela Lei Nº 6.921, de 16 de junho de 1981 e desmembrado do município de Ariquemes, mas a instalação só foi concretizada em 7 de novembro de 1981.

O Município de Jaru possui uma área de 2.944,128 km², representando 1,2392% da área do Estado e 0,0347% do Brasil. A cidade é distante da Capital do Estado cerca de 290 km e está dividida em três subdistritos: Santa Cruz da Serra, Jaru Uaru e Bom Jesus, além do Distrito de Tarilândia, com mais de dez mil habitantes.

A economia do município de Jaru iniciou com comércio do látex da borracha e da madeira oriundos do desmatamento das terras ocupadas pelos migrantes e incentivados pelo governo federal. Com isso, ao longo da BR 364, em construção para integrar a região norte ao centro-sul do país, foram criados diversos núcleos de apoio

rurais que concentravam um aglomerado populacional e movimentavam a economia local.

Os imigrantes oriundos das diversas regiões do país vinham com a esperança de conquistar uma terra para trabalhar com a agricultura. Devido ao incentivo do governo em povoar a região e incentivo ao desmatamento, houve o estabelecimento de indústrias madeireiras que movimentavam fortemente a economia local com muita produção de postos de trabalho aos moradores de Jarú até meados dos anos 90, quando iniciaram as fiscalizações dos órgãos ambientais sobre as madeireiras, reduzindo, assim, suas atividades. Houve um crescimento também da produção agrícola e pecuária da região e, para atender essa parcela do mercado, se estabeleceram em Jarú diversos empreendimentos comerciais de gêneros alimentícios, como cerealistas, laticínios e mercados.

Atualmente, a Associação Comercial e Industrial de Jarú conta com empresas associadas, as quais contribuem nas diversas áreas da economia, sendo empresas ligadas ao comércio, prestação de serviços, indústrias, supermercados, laticínios, cerealistas, hotelaria etc.

Devido sua vocação para agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviço, o município de Jarú tem necessidade de formar pessoas capazes de gerir esses sistemas produtivos. É nesse sentido que o IFRO *Campus* Jarú, que possui limite de atuação circunscrito ao Município de Jarú, atuará ofertando Educação Profissional e Tecnológica para a formação técnica e superior da população do município e região.

2 APRESENTAÇÃO

2.1 Identificação do Curso

Nome: Curso Técnico em Segurança do Trabalho

Modalidade: Subsequente ao Ensino Médio - Presencial

Área de conhecimento/eixo tecnológico: Segurança

Habilitação: Técnico em Segurança do Trabalho

Carga Horária: 1320h (hora relógio)

Turno de Funcionamento: Noturno



Campus de funcionamento: Jaru

Regime de Matrícula: semestral por módulos

Prazo para integralização do Curso: o prazo mínimo para integralização do curso é de 4 semestres (2 anos) e o prazo máximo é 8 semestres (4 anos).

2.2 Total de Vagas

Quadro 1 – Total de vagas no primeiro ano de implantação

Turno de funcionamento	Número de turmas	Vagas por turma	Vagas no primeiro ano
NOTURNO	1	40	40
Total		40	40

Fonte: Comissão, 2023.

Quadro 2 – Total de vagas durante o prazo de integralização

Ano	Matutino	Vespertino	Noturno	Total por ano
2023/1			40	40
2023/2			40	40
2024/1			40	40
2024/2			40	40
Total			40	40

Fonte: Comissão, 2023.

2.3 Justificativa

O mundo contemporâneo vem passando por diversas transformações em seu modelo de produção. Essas transformações consolidaram novas práticas de produção, comercialização e consumo de bens e serviços, cooperação e competição entre os agentes, assim como de circulação e de valorização do capital, através do uso intensivo de tecnologias de informação e de novas formas de gestão do trabalho. Essas práticas apoiam-se em novos saberes e competências, em novos aparatos e instrumentais tecnológicos, tanto como em novas formas de inovar e de organizar o processo produtivo, expressando-se, assim, uma nova economia ou um novo padrão técnico-econômico.

Nesse novo contexto, houve um expressivo crescimento das empresas e das indústrias, atraindo mais trabalhadores para serviços cada vez mais complexos. O crescimento dessas empresas criou uma realidade e uma estrutura até então inédita no mundo do trabalho e junto com essa estrutura, foram modificadas drasticamente as condições de trabalho vivenciadas pelos empregados. Muitas dessas condições, cedo ou tarde, revelaram-se insalubres ou prejudiciais à saúde do trabalhador, em graus variados.

Dessa forma, prevenir acidentes de trabalho, torna-se, de forma interligada, uma exigência legal, uma estratégia de otimização e, sobretudo, um dever social. Diante desse cenário, a área de Saúde e Segurança do Trabalho se caracteriza pelo papel estratégico de proporcionar ao trabalhador um meio ambiente seguro para a realização de suas atividades laborais, além de educar os mesmos no sentido de promover atitudes conscientes para o trabalho seguro, durante a realização das suas tarefas diárias.

Os profissionais da área de Saúde e Segurança do Trabalho são capacitados para analisar as condições do ambiente laboral, planejar e elaborar normas e instruções de trabalho, reforçar comportamentos seguros, realizar auditorias e implementar ações corretivas, tendo em vista acabar ou pelo menos minimizar os riscos nos locais de trabalho.

O funcionamento efetivo da Saúde e Segurança do Trabalho nas organizações pode trazer o benefício da redução das perdas humanas e patrimoniais, de danos ao meio ambiente e dos prejuízos ao processo, evitando consequências desfavoráveis ao mundo do trabalho.

As exigências para os sujeitos contemporâneos, nesse cenário, são cada vez maiores em termos de uma formação que vise não somente o desenvolvimento de habilidades e competências, mas que considere o homem em todas as suas possibilidades, levando-o a compreender e atuar na dinamicidade que representa o mundo do trabalho hoje, não como um ser passivo, mas enquanto sujeito político e produtivo em conformidade com suas necessidades de sobrevivência.

Partindo desses pressupostos, o curso técnico em Segurança do Trabalho proposto pelo *Campus Jarú* se justifica pelo fato de, no Brasil, assim como em Rondônia e, mais especificamente, no município de Jarú, haver uma grande carência

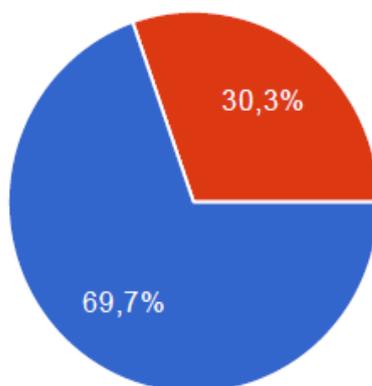
de profissionais capazes de compreender e atuar nos diversos segmentos quem envolvem as atribuições do profissional técnico em Segurança do Trabalho Nesse contexto, o *Campus Jarú* precisa formar esse profissional para atender a necessidade do mundo do trabalho e demanda gerada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que, na Norma Regulamentadora Nº 4, colocou esse profissional dentro do quadro técnico que compõe o Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), que é dimensionado na empresa através da Relação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), com correspondente Grau de Risco (GR) da atividade. Como Rondônia é um Estado novo em pleno crescimento econômico e social, esse profissional tem muito a contribuir para um desenvolvimento com harmonia entre a necessidade de produção e a segurança para a saúde do trabalhador.

No município de Jarú e região muitas empresas necessitam de um profissional assistente, para o trato de questões acessórias à área, tais como a gestão de equipamentos de proteção individual e de equipamentos portáteis de combate a incêndios ou ainda para atender a demandas temporárias. Cumpre ainda observar que, muitas empresas no Brasil estão obrigadas a organizar e manter Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), conforme NR-4.

Para subsidiar também a implantação do curso, no ano de 2016, quando se iniciaram as atividades do *Campus Jarú*, foi realizada uma pesquisa de demanda com a população da região.

No formulário desta pesquisa constava uma lista de dez (10) cursos técnicos, para que a população indicasse qual(is) dele(s) gostaria que fosse(m) ofertado(s) pelo *Campus Jarú*. Da população pesquisada, 44,6% assinalou o curso Técnico em Segurança do Trabalho. Esse interesse foi reafirmado quando os pesquisados responderam à seguinte questão: “você teria interesse em ingressar no Curso Técnico em Segurança do Trabalho?”. Do total de 545 participantes da pesquisa, 69,7% dos entrevistados respondeu que faria o curso Técnico em Segurança do Trabalho, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Interesse no curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio



Fonte: Elaborado pela comissão anterior/2016.

Dessa forma, o Instituto Federal de Rondônia *Campus Jarú*, por meio do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio, atendendo à pesquisa de demanda feita de novembro a dezembro de 2016, visa atender aos anseios da população e formar profissionais competentes que sejam capazes de intervir no meio produtivo e contribuir, através de seu conhecimento técnico, para melhorar a qualidade de vida do trabalhador e minimizar os riscos inerentes aos locais de trabalho, além do cumprimento da legislação.

Assim, com base no perfil desejado, observados os aspectos legais estabelecidos pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e, diante das novas exigências sociais, políticas e tecnológicas, é que o *Campus Jarú* propõe, neste projeto pedagógico, os objetivos, conteúdos, proposta metodológica, proposta de avaliação, de ensino e de aprendizagem, bem como a bibliografia mínima necessária, que formam a proposta curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio.

2.4 Público-Alvo

Para ingressar no curso Técnico em Segurança do Trabalho na modalidade subsequente o aluno deverá ter concluído o Ensino Médio e ter interesse na área de Saúde e Segurança do Trabalho.



2.4.1.1 Forma de ingresso

De acordo com o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio o ingresso ocorre da seguinte forma:

[...] aprovação em processo seletivo público, regulado por edital específico para cada ingresso, devidamente autorizado pelo Reitor, conforme o Regimento Geral do IFRO, por apresentação de transferência expedida por outra Instituição congênere, matrículas especiais e outras formas que vierem a ser criadas por conveniência de programas ou projetos adotados pelo IFRO (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, 2016, p. 7).

2.5 Objetivos

2.5.1 Objetivo geral

Formar profissionais-cidadãos técnicos de nível médio na área de Segurança do Trabalho para desempenhar atividades de prevenção aos acidentes do trabalho, através de ações e programas específicos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador brasileiro e propiciando a diminuição de todas as formas de perdas por eles ocasionadas.

2.5.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos do curso técnico em Segurança do Trabalho são:

- a) Executar atividades profissionais de Técnico em Segurança do Trabalho;
- b) Analisar os métodos e processos laborais;
- c) Identificar fatores de risco de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais;
- d) Identificar a presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador;
- e) Realizar procedimentos de orientação sobre medidas de eliminação e neutralização de riscos;
- f) Elaborar procedimentos de acordo com a natureza da empresa;
- g) Promover programas, eventos e capacitações em segurança no trabalho;
- h) Divulgar normas e procedimentos de segurança e higiene ocupacional;



- i) Indicar, solicitar e inspecionar Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e Individual (EPI) contra incêndio;
- j) Levantar e utilizar dados estatísticos de doenças e acidentes de trabalho para ajustes das ações preventivas;
- k) Elaborar relatórios referentes a segurança e saúde do trabalhador;
- l) Fazer uso tecnicamente correto de instrumentação para avaliação de riscos ocupacionais;
- m) Estabelecer relações entre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia e suas implicações para a educação profissional e tecnológica, além de comprometer-se com a formação humana, buscando responder às necessidades do mundo do trabalho.
- n) Despertar a consciência do aluno e sua relação com a sociedade.

2.6 Perfil de Egresso

O Técnico em Segurança do Trabalho é o profissional com visão sistêmica do seu papel em relação ao meio ambiente, saúde e segurança em seu ambiente de trabalho. Aplica seus conhecimentos de forma e inovadora, acompanhando a evolução do setor. Possui conhecimento de dinâmica organizacional, podendo atuar em empresas públicas e privadas, bem como gerir seu próprio negócio. Age com ética profissional, sustentabilidade, iniciativa empreendedora, responsabilidade social e domínio do saber-fazer, do saber-ser, do saber-saber e do saber-conviver. Possui visão humanística crítica e consistente sobre o impacto de sua atuação profissional na sociedade. Tem habilidades de comunicação e de trabalho em equipes multidisciplinares. Facilita o acesso e a disseminação do conhecimento na sua área de atuação, aplica e respeita as normas de proteção e prevenção do meio ambiente, saúde e segurança do trabalho. Aplica princípios ergonômicos no trabalho. Presta primeiros socorros em situações de emergência, coleta, organiza e registra dados relativos ao campo de atuação. Conhece os fundamentos de prevenção das doenças laborais, avalia os riscos profissionais a que estão expostos os trabalhadores e as formas de prevenção de acidentes de trabalho. Reconhece fatores de riscos

ambientais. Identifica e avalia rotinas, protocolos de trabalho, instalações e equipamentos.

Com base no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, também da Lei Nº 7.410, de 27 de novembro de 1985 e também o que prevê no Art. 1º da Portaria Nº 3.275, de 21 de setembro de 1989, que especifica as competências do Técnico em Segurança do Trabalho, o profissional egresso do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio, oferecido pelo IFRO, *Campus Jarú*, deve apresentar um perfil que o habilite a desempenhar atividades voltadas para a prevenção e combate aos acidentes de trabalho. Esse profissional deverá demonstrar habilidades/capacidades de:

- Elaborar e implementar políticas de saúde no trabalho, identificando variáveis de controle e ações educativas para prevenção e manutenção da qualidade de vida do trabalhador;
- Desenvolver ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho;
- Investigar, analisar e recomendar medidas de prevenção e controle de acidentes;
- Realizar estudo da relação entre ocupações dos espaços físicos com as condições necessárias;
- Promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador em seu local de atuação;
- Analisar os métodos e os processos laborais;
- Identificar fatores de risco de acidentes do trabalho, de doenças profissionais e de trabalho e de presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador;
- Realizar procedimentos de orientação sobre medidas de eliminação e neutralização de riscos;
- Elaborar procedimentos de acordo com a natureza da empresa;
- Promover programas, eventos e capacitações de prevenção de riscos ambientais;
- Divulgar normas e procedimentos de segurança e higiene ocupacional;



- Indicar, solicitar e inspecionar equipamentos de proteção coletiva e individual contra incêndio;
- Levantar e utilizar dados estatísticos de doenças e acidentes de trabalho para ajustes das ações preventivas;
- Produzir relatórios referentes à segurança e à saúde do trabalhador.

No contexto destas habilidades, pressupõe-se que o profissional seja capaz de encontrar soluções para problemas reais, comerciais ou administrativas, podendo adaptá-las às novas tecnologias atendendo às necessidades do mundo do trabalho e também será capaz de gerenciar os recursos voltados à área de Segurança do Trabalho.

O compromisso, nesse sentido, é buscar desenvolver um perfil técnico cuja formação garanta a internalização de ideias, valores e convicções fundamentadas na responsabilidade social, justiça e ética; uma formação humanística e geral, que assegure a compreensão de seu meio social, político, econômico e cultural. Uma sólida formação teórica e técnica, voltada para uma atuação crítica e reflexiva acerca da área de segurança no trabalho e com capacidade de compreensão da necessidade de aperfeiçoamento profissional, interpessoal e institucional contínuo.

A formação deste novo perfil pressupõe, um embasamento teórico que assegure o desenvolvimento de um conjunto de habilidades e o domínio de conteúdos básicos, que de forma articulada possibilitem: a compreensão e a interpretação da realidade da tecnologia; a utilização do raciocínio lógico, crítico e analítico; a capacidade de lidar com modelos de gestão inovadores; enfim, a capacidade de tomada de decisão em um mundo diversificado e interdependente, através da ordenação de atividades e da seleção de formas e conteúdos adequadas às ações previstas.

O Técnico em Segurança do Trabalho requer um profissional que associa, em suas funções, atividades laborais consagradas e outras que vêm se mostrando cada vez mais presentes nas suas atribuições, destacando-se as relacionadas às políticas de segurança e aos processos de auditoria, pelas quais é chamado a responder individualmente ou, mais comumente, em equipes formadas por profissionais de diversas outras áreas que mantêm entre si uma grande proximidade em termos de objetivos e que, através de instrumentos e potencialidades específicos, perseguem a

melhoria das condições de vida em nosso planeta. Dessa forma, o levantamento Profissiográfico do Técnico em Segurança do Trabalho revelou que seu trabalho não se restringe à execução de tarefas e normas prontas e determinadas. Ao contrário, envolve três momentos específicos e complementares: o planejamento, a execução e a avaliação.

a) **Planejamento:** nessa fase cabe ao Técnico de Segurança do Trabalho, elaborar e/ou participar da elaboração de Programas e Projetos específicos da sua área de atuação ou multifuncionais, envolvendo uma série de objetivos relacionados. Caracterizam as ações de planejamento, entre outras, estudos diagnósticos, seleção e/ou formulação de estratégias e metodologias, verificação de interfaces entre as políticas para outras áreas da organização e a de Segurança e Saúde do Trabalho;

b) **Execução:** as ações de execução presentes no trabalho desse profissional comportam uma multiplicidade de atividades, abrangendo desde a implantação de políticas institucionais na área de Segurança e Saúde do Trabalho à especificidade de elaboração de um parecer técnico;

c) **Avaliação:** presente em todas as fases do processo de trabalho, a avaliação torna-se mais caracterizada nas atividades que têm por objetivo determinar a eficiência e eficácia dos programas, projetos e qualquer ação na área de Segurança e Saúde do Trabalho. Sua realização demanda ao profissional acompanhamento sistemático e estruturado de todos os processos e procedimentos para que possa ser determinada, de fato, a eficácia do que está sendo realizado, definindo sua manutenção ou correção.

Assim sendo, as principais funções que compõem o Perfil do Técnico de Segurança do Trabalho e que se desdobram em várias subfunções, são: Políticas de Segurança e Saúde do Trabalho, Gestão de Riscos, Gerenciamento Ambiental e Auditoria.

Ao concluir o curso, o egresso terá desenvolvido, ainda, concepções no âmbito humano e social, que lhe permitirá adotar visões e posturas éticas, cordiais e respeitadas no relacionamento com os demais, ter autoconsciência de seu papel profissional e cidadão e de suas responsabilidades sociais e ambientais junto às comunidades nas quais está inserido.

2.6.1 Áreas de Atuação

O técnico em Segurança do Trabalho pode trabalhar em diferentes setores. Os principais campos de atuação são aeroportos, centrais de logística, comércio, construção civil, hospitais, indústrias e instituições de ensino.

O profissional pode também trabalhar em empresas especializadas na área e com consultorias em segurança do trabalho. Além disso, é possível trabalhar na fabricação e na representação de equipamentos de segurança, como os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC).

A legislação trabalhista brasileira estabelece a necessidade de que empresas realizem a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Sipat). Nela, os profissionais de Segurança do Trabalho atuam para orientar os funcionários a tomar as medidas que cabem a cada um na prevenção e a atuar em casos de acidentes, como a capacitação de um grupo de brigadistas, responsáveis por primeiros-socorros e ações iniciais em caso de incêndio.

3 ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

3.1 Concepção Metodológica

Conforme Delors (2010), as metodologias propostas visam a rigor, à solidez e à integração dos conhecimentos teóricos e práticos, voltados para a formação do profissional e do cidadão. O objetivo é levar os alunos a aprender a aprender que engloba:

- aprender a ser;
- aprender a fazer;
- aprender a viver juntos e
- aprender a conhecer.

A organização curricular para a habilitação do Técnico em Segurança do Trabalho está estruturada em períodos denominados anos letivos, de modo a incentivar o desenvolvimento de capacidades e reconhecimento de habilidades, em espaços de ensino que estimulem a busca de soluções e favoreçam ao aumento da autonomia e da capacidade de atingir os objetivos da aprendizagem.



As disciplinas de cada período letivo representam importantes instrumentos de flexibilização e abertura do currículo para o itinerário profissional, pois, adaptando-se às distintas realidades regionais, permitem a inovação permanente e mantêm a unidade e a equivalência dos processos formativos. A integração de disciplinas de formação geral com as de formação profissional, não raro inter e transdisciplinarmente, orienta à construção de um aprendizado que seja fundamental para todas as instâncias da vida pessoal e social dos educandos.

O curso privilegia o aluno enquanto agente do processo da aprendizagem, por prever o desenvolvimento de projetos, atividades científico-culturais e processos dialógicos de formação, dentre outros princípios construtivistas de ensino e aprendizagem. Os conteúdos se associam com o mundo do trabalho, a escola e a sociedade, de modo que se definem pela contextualização. Serão trabalhados com recursos tecnológicos e estratégias inovadoras, usando-se como mediação as relações afetivas, interacionais e transformadoras.

A fragmentação do ensino, gradualmente, deve ser complementada, a fim de que a articulação de conhecimentos cumpra sua função e possa romper com a hierarquização das diferentes ciências. Segundo relata Pacheco (2011), a proposta pedagógica de integração curricular deve atender a novas perspectivas e

[...] além de estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e os conhecimentos e habilidades relacionados ao trabalho, além de superar o conceito da escola dual e fragmentada, pode representar, em essência, a quebra da hierarquização de saberes e colaborar, de forma efetiva, para a educação brasileira como um todo, no desafio de construir uma nova identidade para essa última etapa da educação básica (PACHECO, 2011, p. 26).

Portanto, o ensino é concebido como uma atividade de compartilhamento e não de transferência de conteúdos, e a aprendizagem, como um processo de construção e não de reprodução de conhecimentos. Nesse sentido, os alunos e os professores estarão sujeitos em constante dialética, ativos nos discursos e efetivos para interferir nos processos educativos e no meio social. Nesse sentido, salienta-se que os planos de ensino das disciplinas asseguram a carga horária destinada a conhecimentos teóricos e práticos. Os conhecimentos práticos são desenvolvidos por

meio das Práticas laboratoriais, e Unidades Educativas de Produção, de acordo com as especificidades das disciplinas do núcleo profissionalizante.

Caberá a cada professor definir, em plano de ensino de sua disciplina, as melhores estratégias, técnicas e recursos para o desenvolvimento do processo educativo, mas sempre tendo em vista esse ideário metodológico aqui delineado. É prioritário estabelecer a relação entre a teoria e a prática.

Os processos de ensino e de aprendizagem, portanto, devem prever estratégias e momentos de aplicação de conceitos em experiências (pesquisas, testes, aplicações) que preparem os alunos para o exercício de sua profissão. Isso não ocorrerá apenas com o desenvolvimento do estágio ou com o alternativo trabalho de conclusão de curso; serão realizadas atividades contextualizadas e de experimentação prática ao longo de todo o processo de formação.

Por fim, esta proposta educacional tem por objetivo despertar a consciência do ser humano e sua relação com o mundo que o cerca, é contemplada por intermédio das metodologias que favoreçam não apenas o saber, mas o saber pensar e o intervir.

3.1.1 Estratégias de ensino previstas no curso

No IFRO *Campus Jaru*, caberá aos professores em conjunto, apoiados pela equipe pedagógica da unidade, a seleção de metodologias e instrumentos de ensino que, condizentes com a sua área, busquem atender aos objetivos propostos pelo componente curricular, de forma a desenvolver as competências e habilidades esperadas para o educando. Nesse fazer pedagógico, os professores deverão privilegiar a formação de competências, habilidades e disposições de conduta em detrimento da quantidade de informações.

Ao escolher as estratégias de ensino, define-se que elas sejam as mais diversificadas possíveis, sendo que o planejamento acadêmico deve assegurar, em termos de carga horária e de planos de estudos, o envolvimento do aluno em atividades individuais e em equipe, que incluam, entre outros:

a) Aulas expositivas dialogadas: Exposição de conceitos, com a participação ativa dos alunos, onde o conhecimento prévio é extremamente importante, devendo ser considerado este o ponto de partida. O professor leva os

alunos a questionarem, discutirem, interpretarem o objeto de estudo apresentado por ele, reconhecendo e contextualizando situações da realidade do discente;

b) Aulas experimentais: Forma de promover o conhecimento científico, buscando a união da teoria e da prática, de forma a não isolar as dimensões deste conhecimento, tornando a aprendizagem mais interessante e fácil aos estudantes. Como caráter pedagógico, articulando concepções sociológicas e ideológicas, com o intuito de verificar/comprovar leis e teorias científicas, ensinar o método científico, facilitar a aprendizagem e compreensão de conceitos e, ensinar habilidades práticas;

c) Aulas de campo: Ferramenta didática que aproxima a teoria da realidade, vincula a leitura e a observação, situações e ações que, associadas à problematização e à contextualização encaminhadas pelo docente, ampliam a construção do conhecimento pelo discente. Essas possibilidades permitem ao discente experimentar e desenvolver outras inteligências que nem sempre são contempladas e incentivadas na sala de aula;

d) Visita técnica: Proposta pedagógica que tem importância em função de seu papel investigativo, e com o fim pedagógico proporciona unir o aprendizado ao lúdico. Com isso os alunos vão conhecer novos lugares, conhecer novas culturas, aceitar as diferenças do próprio grupo e do lugar visitado, ter responsabilidades, flexibilidade, lidar com possíveis situações inusitadas, divertirem-se, fatores os quais vão prepará-los para a vida profissional;

e) Metodologia de projetos: Método de trabalho que se define e configura em função da resolução de problemas, caracterizada como uma ação decidida, planejada e implementada por um grupo de discentes organizado. Esta estratégia de ensino compreende também em função dos modelos e das razões que justificam a emergência desse problema como motivo do investimento dos alunos e, neste sentido, como uma oportunidade educativa singular;

f) Aprendizagens através de situações-problemas: Estimula o discente a confrontar-se com desafios que se relacionam com seu cotidiano, desenvolvendo e exercitando o pensamento crítico, o diálogo e a busca de um consenso em situações de conturbação, ou seja, contribui para que os alunos aprendam a compartilhar saberes e acessar informações, contextualizando-as aos conhecimentos que possuem e relacionando-as com os desafios de seu viver cotidiano;



g) Estudo de caso: Estratégia que auxilia o aluno não apenas a resolver desafios educacionais, mas a assumir formas de procedimento na vida pessoal e no mundo do trabalho. É um método de investigação que privilegia estudo, análise e compreensão de situações, muitas das quais envolvendo atividades extraclasse;

h) Ensino com pesquisa: Considerado um método de ensino construtivista, onde o aluno é o sujeito ativo no processo de aprendizagem, e o professor age como um agente mediador nos processos de ensino e aprendizagem. É a utilização dos princípios do ensino associados aos da pesquisa. Esta estratégia orienta os discentes a buscar e gerar seus próprios conhecimentos. Mostrando-se adequada para se trabalhar o diálogo construtivo entre a comunidade e a escola, tendo como ponto principal a formação integral do educando, formando cidadãos que respeitem as diferenças culturais e de cada indivíduo, que valorize o saber tradicional, cultural e científico da população.

Para a realização de trabalhos como seminários integradores, visitas técnicas, trabalhos em equipe, atividades em campo ou outra atividade similar, os professores de diferentes disciplinas atuarão em conjunto para dar a devida orientação e acompanhamento aos alunos em todo o processo, assim como a equipe pedagógica/coordenadores de cursos também darão o apoio pedagógico necessário para a concretização das ações.

Estas metodologias citadas acima acompanhadas por outras estratégias de ensino estão fundamentadas em um novo paradigma buscando novos caminhos de reconstrução dos processos educativos no curso, pois há uma grande necessidade de contextualizar e religar os saberes.

3.1.2 Transversalidade no currículo

Este projeto prevê, além dos componentes formadores da matriz curricular, temas exigidos pela Resolução do Conselho Nacional de Educação, a serem aplicados como conteúdos transversais, ao longo do curso, por meio de ações integradoras e interdisciplinares. Os eixos a seguir são obrigatórios do âmbito do Ensino Médio e contemplam desdobramentos de referência que poderão ser modificados ou suplementados na fase de seu planejamento.



- a) Pluralidade Cultural: com o objetivo de reconhecer a diversidade cultural brasileira, em busca de superar o racismo, o etnocentrismo e combater as várias formas de discriminação social;
- b) Educação ambiental (Lei Nº 9.795/1999): a Constituição e o meio ambiente; a importância da Lei de Educação Ambiental na relação com a cidadania;
- c) Estatuto dos Idosos (Lei Nº 10.741/2003): processos de envelhecimento; alimentação e saúde dos idosos; serviços e ações de proteção aos idosos; garantia de prioridade; infrações e penalidades por negligência ou ofensa aos idosos; obrigações da família, escola e sociedade em relação aos idosos;
- d) Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº 8.069/1990): direitos, entidades de apoio, bem-estar, infrações e penalidades por ofensa ou negligência contra a criança e do adolescente;
- e) Educação para o Trânsito (Lei Nº 9.503/1997): melhoria das relações de convivência no trânsito; segurança; organização das cidades: trânsito, veículos e pedestres; órgãos e entidades de trânsito; Educação no trânsito: uso moderado dos veículos e respeito à condição do outro;
- f) Educação alimentar e nutricional: alimentação e nutrição; segurança alimentar e nutricional;
- g) Saúde: educação preventiva para a saúde;
- h) Educação em direitos humanos (Decreto Nº 7.037/2009): respeito à diversidade e identidade dos diferentes sujeitos, quanto a religião, sexualidade, gênero, gerações e idade; reconhecimento de direitos e valores das comunidades tradicionais; educação para a convivência; respeito às pessoas com necessidades educacionais específicas;
- i) História e Cultura Afrobrasileira e Indígena, conforme as diretrizes curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicoraciais (Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008, e Resolução CNE/CP Nº 01, de 17 de junho de 2004).

Por ter uma natureza diferente nas diversas áreas e por sua complexidade, os temas transversais serão abordados de forma explícita no ementário de algumas disciplinas, tais como Ambiente e Sociedade que trata da educação ambiental; Legislação II que trata dos Direitos Humanos. Ao mesmo tempo em que os temas transversais existem também implicitamente em diversos componentes curriculares.

O IFRO *Campus* Jaru desenvolve ações de ensino/extensão/pesquisa que contemplam temáticas voltadas para a transversalidade do currículo, tais como a Semana de Educação para a Vida; a Semana da Consciência Negra; a Semana do Meio Ambiente; Projetos de Ensino, todas essas ações são espaços para a educação, o debate e o aprofundamento das questões sociais.

3.1.3 Estratégias de acompanhamento pedagógico

O *Campus* Jaru se organiza de modo que o curso seja aplicado com um trabalho cooperativo de professores, colegiado e pessoal pedagógico-administrativo. Há um conjunto de profissionais, com perfil adequado e de setores específicos que trabalham em integração, envolvendo as atividades de ensino, pesquisa, extensão e controle acadêmico.

O *Campus* conta com colegiados para tratar de assuntos administrativos e de formação acadêmica, o Conselho de Classe e outras representações próprias da estrutura organizacional da unidade ou do IFRO.

As estratégias de acompanhamento pedagógico representam instrumentos para a efetiva consolidação da proposta curricular, visando garantir o perfil e competências a serem desenvolvidas nos alunos e está pautada no diálogo. Conforme disposto no Regimento Interno do *Campus* Jaru, é de responsabilidade da Diretoria de ensino, por meio do Departamento de apoio ao ensino o acompanhamento pedagógico e o mesmo será realizado por meio de ações como:

- a) fomentar a realização de projetos e programas integrados de ensino, extensão e pesquisa, inovação e pós-graduação, em consonância com as políticas institucionais;
- b) acompanhar os processos de ensino e de aprendizagem, fazendo as instruções necessárias aos alunos, professores, equipe de apoio pedagógico, responsáveis por alunos e demais membros da comunidade que requeiram serviços do *campus* no âmbito do ensino;
- c) avaliar continuamente os processos de ensino e a aprendizagem no *campus*, com levantamento de indicadores acadêmicos para intervenções pedagógicas necessárias;

- d) supervisionar as atividades não presenciais ou semipresenciais realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) nos cursos presenciais;
- e) obter, instruir e avaliar os planos de ensino dos professores antes de cada período letivo, por curso, disciplina e turma, de acordo com os regulamentos específicos do nível de ensino, bem como manter orientações necessárias à correta aplicação dos instrumentos;
- f) obter, instruir e avaliar os planos de ensino e os resultados parciais, finais e especiais das avaliações e cômputo de notas e frequências, nos prazos estabelecidos em calendário e conforme os regulamentos do IFRO.

3.1.4 Estratégias de Flexibilização curricular

Evidencia-se a necessidade de assegurar maior flexibilidade na organização do curso ora proposto, considerando a heterogeneidade na formação dos alunos. O Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio será conduzido por diretrizes curriculares que abandonem as características de meros instrumentos de transmissão de conhecimentos, afastando-se da característica burocratizada do ensino.

Os princípios da flexibilização e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão devem permear todo o processo pedagógico do curso. Portanto, a flexibilização curricular rompe com a forma de ensino tradicional, com enfoque unicamente disciplinar e sequenciado a partir de uma hierarquização de conteúdos e propõe nova visão de formação profissional, atribuindo nova relação com o conhecimento na perspectiva da ação – reflexão – ação e uma nova visão de ensino – aprender a aprender.

Nesse pensar, a interdisciplinaridade e a flexibilização curricular no curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio se concretizam a partir do desenvolvimento de atividades coletivas, projetos de ensino ou eixos que integram os componentes curriculares. Poderá haver iniciativas de capacitação prática complementar à teoria, como visitas técnicas, eventos promovidos intra e extra *campus*, atividades de pesquisas aplicadas em instituições públicas e privadas locais, dentre outras ações.

Nesse aspecto, as atividades complementares, projetos de ensino, pesquisa, extensão, estágios, visitas técnicas, além de proporcionarem a relação teoria e prática, devem conferir ao currículo a flexibilidade necessária para garantir a formação do perfil de um egresso generalista e humanístico.

Ainda, algumas disciplinas poderão ser ofertadas utilizando outras metodologias educacionais visando a aprendizagem significativa dos alunos, tais como: disciplina em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) com metodologia EaD; disciplinas condensadas; e disciplinas cursadas nas férias, de acordo com a decisão do Colegiado de Curso.

Assim, a articulação teoria e prática não pode aparecer como princípios dicotômicos. Pelo contrário, o curso deve proporcionar aos alunos diversas formas de vivências práticas do fazer profissional para complementação do processo formativo em que a teoria e a prática se fundem de forma que poderão ocorrer de forma síncrona.

3.1.5 Estratégias de desenvolvimento de atividades não presenciais ou semipresenciais

O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, prevê a inserção de atividades não presenciais no Ensino Técnico de Nível Médio, bem como o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) que estabelece que os cursos ofertados, na modalidade presencial, poderão prever até 20% da sua carga horária total em atividades não presenciais.

Assim, diante da possibilidade, o IFRO estabelece que a carga horária em atividades não presenciais se constituirá de atividades a serem programadas pelo professor de cada disciplina na modalidade, não podendo exceder 20% de sua carga horária total conforme o Regulamento da Organização Acadêmica (ROA) dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFRO, Resolução Nº 88/CONSUP/IFRO/2016, prevê o art. 13.

Sua aplicação se dará pelo uso de estratégias específicas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) como a única forma de aplicação das atividades não presenciais previstas no curso. Por meio dele, serão viabilizadas atividades didáticas,



acesso a materiais pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais. Portanto, o AVA será utilizado no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio. Será também uma plataforma de interação e de controle da efetividade de estudos dos alunos, com ferramentas ou estratégias como as elencadas a seguir:

- a) Fórum: tópico de discussão coletiva com assunto relevante para a compreensão de temas tratados e que permite a análise crítica dos conteúdos e sua aplicação.
- b) Chat: ferramenta usada para apresentação de questionamentos e instruções on-line, em períodos previamente agendados.
- c) Tarefas de aplicação: Atividades de elaboração de textos, respostas a questionários, relatórios técnicos, ensaios, estudos de caso e outras formas de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.
- d) Atividade *off-line*: avaliações ou atividades realizadas fora do AVA, em atendimento a orientações apresentadas pelo professor, para o cumprimento da carga horária em EaD.
- e) Questionário: exercício com questões que apresentam respostas de múltipla escolha.
- f) Outras estratégias, ferramentas ou propostas a serem apresentadas pelos professores.

Cada plano de ensino dos professores, por disciplina, deve prever os elementos gerais orientados pelo Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio, ficando a critério do professor a descrição dos conteúdos a serem utilizados nas atividades não presenciais.

As atividades não presenciais podem ser distribuídas de forma que fiquem configurados os elementos fundamentais: conteúdo, carga horária, atividade do aluno e avaliações a serem aplicadas. Os professores poderão incluir, nos seus planos de ensino regulares, as atividades que desenvolverão na modalidade não presencial. Os conteúdos deverão ser registrados no diário de classe na modalidade Aula Não Presencial (ANP).

O professor é o responsável pela orientação efetiva dos alunos nas atividades não presenciais e a coordenação de curso pelo acompanhamento e instrução da execução integral das disciplinas e demais componentes curriculares.

3.1.5.1 *Atividades de Tutoria*

Para que a mediação/tutoria seja realizada de forma efetiva, três elementos são necessários no processo de interação: aluno, material didático e professor. A experiência com EaD/AVA adotada e das ferramentas didáticas utilizadas têm demonstrado que o sistema de mediação/tutorial é cada vez mais indispensável ao desenvolvimento de aulas a distância.

Nesse processo, cabe ao professor/tutor acompanhar as atividades discentes, motivar a aprendizagem, orientar e proporcionar aos alunos condições de uma aprendizagem autônoma, prestando todo o apoio ao discente no processo de aprendizagem.

As atividades com metodologia a distância no Curso Técnico em Segurança do Trabalho subsequente ao ensino médio são desenvolvidas via AVA com suporte tecnológico, administrativo e pedagógico, garantido o atendimento pelos professores, que nestas modalidades atuam como tutores. A tutoria é necessária no AVA para orientar, dirigir e supervisionar os processos de ensino e de aprendizagem. Ao estabelecer o contato com o aluno, o Professor/tutor/mediador complementa sua tarefa docente transcendida através do material didático, dos grupos de discussão, listas, correio eletrônico, chats e de outros mecanismos de comunicação.

Neste sentido, torna-se possível traçar um perfil completo do aluno: por via do trabalho que ele desenvolve, do seu interesse pelo curso e da aplicação do conhecimento pós-curso. O apoio de mediação tutorial potencializa, portanto, uma melhor sinergia entre os elementos (professor mediador/tutor-aluno) que intervêm no sistema e os reúne em uma função tríplice: orientação, docência e avaliação.

3.1.6 *Outras atividades previstas para o curso*

A realização de outras atividades relacionadas ao curso é prevista, a fim de aprimorar a formação básica, profissional e cidadã dos discentes para que o processo

de aprendizagem aconteça de forma mais significativa. Conforme Previsto no Regulamento da Organização Acadêmica dos cursos técnicos, no decorrer do curso serão trabalhadas as seguintes atividades:

- Atividade de Extensão: a extensão é um processo educativo, cultural e científico que, articulada de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, deve promover a interação transformadora entre o IFRO e a sociedade, que pode ser computada como aula quando envolve a turma, mediante aprovação da Diretoria de Ensino. Na extensão poderão ser trabalhadas as visitas técnicas, feiras, seminários, fóruns, congressos, colóquios, eventos esportivos e culturais, entre outros, voltados à área de formação.
- Atividade de Pesquisa Científica: atividade complementar realizada pelo aluno e orientada por professor, a partir de um projeto de pesquisa, vinculada ou não a programas de fomento, como os de Iniciação Científica, e que não pode ser computada como aula, exceto quando a aula for planejada como esta atividade no âmbito de disciplina específica, como nos casos de observação das práticas de campo e nas experimentações laboratoriais;
- Atividade no Ambiente Virtual de Aprendizagem: ações educativas realizadas por meio de uma plataforma virtual, envolvendo fórum, tarefa, *chat*, glossário, questionário, *wiki*, entre outros.
- Prática Profissional: compreende a vivência de diferentes situações que articulem aprendizagem e trabalho destinadas à ampliação do universo de formação dos estudantes, com carga horária própria a ser adicionada à carga horária mínima estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação ou prevista no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos para a duração do respectivo curso técnico de nível médio, e que pode ocorrer sob a forma de estágio obrigatório ou não obrigatório, ou atividades equiparadas.

3.2 Estrutura Curricular

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho a ser ofertado tem seu currículo estruturado no regime semestral, sendo constituído por 4 (quatro) semestres e

organizado em Núcleo Profissionalizante e Núcleo Complementar. No Núcleo Profissionalizante são oferecidas as disciplinas voltadas para formação geral e no Núcleo Complementar as Práticas Profissionais Supervisionadas, podendo ser divididas em: Estágio, Atividades Equiparadas, Aproveitamento de atividades profissionais e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Conforme orientação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), é estipulada uma carga horária mínima de 1.200 horas para o curso Técnico em Segurança do Trabalho. As aulas serão distribuídas em 100 dias letivos semestrais de acordo com o Calendário Acadêmico do *Campus*.

Também é previsto 120 horas de Estágio Supervisionado obrigatório, podendo, o aluno, desenvolver outras atividades complementares, tais como Projetos de Pesquisa e/ou Extensão, TCC ou ainda Artigo Científico, sob a orientação de um professor do Curso, com a finalidade de prover experiências mais intensivas e específicas em situações reais de trabalho.

A organização curricular foi estruturada com disciplinas articuladas, respeitando uma sequência lógico-formativa e buscando atender aos objetivos do perfil profissional elencados no CNCT.

3.2.1 Matriz Curricular

Quadro 3 – Matriz Curricular

CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO – CAMPUS JARU									
Matriz aprovada pela Resolução Nº 00/20xx/CONSUP/IFRO									
LDB Nº 9.394/1996, art. 24; Resoluções Nº 3/2018 e Nº 1/2021 do Conselho Nacional de Educação									
Carga horária do curso dimensionada para 40 semanas e 200 dias letivos ao ano									
Duração da Aula: 50 minutos									
Componentes Curriculares		SEMESTRE				C.H.			
		1º	2º	3º	4	Horas-Aula	Presencial	EAD	Horas-Relógio
1ºSEMESTRE	Português Instrumental	3				60	48	12	50
	Matemática Aplicada	3				60	48	12	50
	Informática Aplicada	2				40	32	8	33,33
	Higiene e Saúde ocupacional I	3				60	48	12	50
	Segurança do Trabalho I	3				60	48	12	50
	Desenho Técnico I	2				40	32	8	33,33



	Legislação Aplicada à Segurança e Saúde do Trabalho	2				40	32	8	33,33
Total de aulas por semana		18				360	288	72	300
2º SEMESTRE	Orientação para Prática Profissional e Pesquisa		2			40	32	8	33,33
	Desenho Técnico II		3			60	48	12	50
	Higiene e Saúde Ocupacional II		3			60	48	12	50
	Ética Profissional e Cidadania		2			40	32	8	33,33
	Processos Industriais I		2			40	32	8	33,33
	Prevenção e Combate a Sinistro I		3			60	48	12	50
	Segurança do Trabalho II		3			60	48	12	50
Total de aulas por semana			18			360	288	72	300
3º SEMESTRE	Primeiros Socorros			2		40	32	8	33,33
	Processos Industriais II			2		40	32	8	33,33
	Toxicologia Ocupacional			2		40	32	8	33,33
	Ergonomia			3		60	48	12	50
	Segurança do Trabalho III			3		60	48	12	50
	Relações Humanas no Trabalho			3		60	48	12	50
	Prevenção e Combate a Sinistro II			3		60	48	12	50
Total de aulas por semana				18		360	288	72	300
4º SEMESTRE	Empreendedorismo				3	60	48	12	50
	Controle Ambiental				3	60	48	12	50
	Segurança do Trabalho na Agropecuária e na Agroindústria				3	60	48	12	50
	Gerenciamento de Riscos				3	60	48	12	50
	Segurança na Indústria da Construção Civil				2	40	32	8	33,33
	Direito Trabalhista e Previdenciário				2	40	32	8	33,33
	Projeto Integrador				2	40	32	8	33,33
Total de aulas por semana					18	360	288	72	300
N.C.	Prática Profissional Supervisionada					144			120
Total de Disciplinas por semestre		7	7	7	7				
Total Geral de aulas por semana		18	18	18	18				
Carga Horária Anual (Hora-Aula)		360	360	360	360				
Carga Horária Anual (Hora-Relógio)		300	300	300	300				
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO						1584	1152	288	1320

3.3 Avaliação

3.3.1 Avaliação do processo de aprendizagem



A avaliação de desempenho acadêmico, parte integrante dos processos de ensino e de aprendizagem, é feita por disciplina e incide sobre a frequência e o aproveitamento escolar do aluno, podendo a critério dos docentes serem realizadas por grupo de disciplinas, diminuindo o número de avaliações no bimestre.

A avaliação do desempenho do aluno, elemento fundamental para acompanhamento e redirecionamento do processo de desenvolvimento de competências relacionadas com a habilitação profissional, será contínua e cumulativa. Possibilitará o diagnóstico sistemático do ensino e da aprendizagem, prevalecendo os [...] aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, conforme previsão na LDB N° 9.394/1996, artigo 24, inciso V, alínea a.

A avaliação da aprendizagem será de acordo com o que está estabelecido na legislação vigente do IFRO.

O aluno será avaliado sempre de forma diversa e múltipla, aplicando-se o mínimo de dois instrumentos presenciais, ou estratégias diferentes entre si por componente curricular e por bimestre, sendo que em nenhum deles pode ultrapassar 60% da nota. Os demais critérios e os procedimentos de avaliação, assim como as orientações relativas à frequência, cálculo de notas e outros assuntos específicos de avaliação também será de acordo com a legislação vigente.

Com intuito de estimular a efetividade e o sucesso acadêmico dos alunos, foram estabelecidas algumas estratégias especiais de recuperação, dentre as quais as seguintes:

- a) Intensificar os procedimentos de recuperação continuada, sempre que se constatarem perdas no processo de aprendizagem;
- b) Aplicar avaliações ou exames substitutivos, inclusive quanto ao Exame Final, após discussão em Conselho de Classe e as recomendações deste;
- c) Fazer um monitoramento frequente do cumprimento de atividades e da frequência dos alunos, por meio de ações do Departamento/Coordenação de Assistência ao Educando em conjunto com a equipe da diretoria de ensino do *Campus*;
- d) Adotar a progressão parcial, nos termos do Regulamento do IFRO dos Cursos Técnicos de Nível Médio, quando houver professores disponíveis para atender

o aluno em disciplinas de oferta especial. Outras ações devem ser implementadas, conforme as necessidades e trabalho conjunto da equipe de professores e assessorias. Não será adotado pelo *Campus* o sistema de dependência para cursar a disciplina em horário oposto ao das aulas regulares.

Visando contemplar as diferenças, o curso valorizará os saberes desenvolvidos pelos estudantes, abrangendo estratégias de inclusão, tanto das dificuldades de aprendizagem e necessidades especiais, como àqueles que apresentam altas habilidades/superdotação, as mesmas serão definidas pelo Colegiado do Curso com apoio do NAPNE, assim que forem identificadas.

3.3.2 Avaliação do curso

Conforme consta no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) a autoavaliação institucional, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) é realizada anualmente, a partir da aplicação de instrumentos avaliativos, organizados com base nas dimensões estabelecidas pela Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que cria o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

A Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021, define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

A estruturação avaliativa do curso compreende o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e contempla os aspectos da organização didático-pedagógica, da avaliação do corpo docente, discente e técnico-administrativo e das instalações físicas.

A CPA encaminha os resultados da avaliação para a coordenação do curso avaliado. Em seguida, a coordenação do curso deverá propor as medidas necessárias de adequação junto às instâncias superiores.

O acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso resultam, principalmente, de um trabalho integrado entre o Colegiado de Curso, a Comissão Própria de Avaliação e os demais segmentos do IFRO que, de posse dos resultados, desenvolvem ações de construção e reconstrução do curso e de seu Projeto Pedagógico, visando a criação de uma atmosfera propícia ao desenvolvimento social do saber historicamente construído.



A avaliação do Projeto Pedagógico de Curso será realizada após a integralização da primeira turma.

São considerados relevantes para o processo de avaliação do curso e de seu Projeto Pedagógico os indicadores oriundos de dados originados das demandas da sociedade, do mundo do trabalho, do Programa de Autoavaliação Institucional do IFRO e dos resultados das atividades de pesquisa e extensão.

Os resultados das análises do processo devem ser levados ao conhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicação institucional, resguardados os casos que envolverem a necessidade de sigilo ético. O processo de avaliação é uma forma de prestação de contas à sociedade das atividades desenvolvidas pela Instituição, a qual atua comprometida com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável da região.

3.4 Prática Profissional

3.4.1 Prática Profissional Intrínseca ao Currículo

Em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a organização curricular deve explicitar a prática profissional intrínseca ao currículo, desenvolvida nos ambientes de aprendizagem, não podendo ficar reduzida a um espaço isolado, que a caracterize como estágio, nem desarticulada de todo o curso. A correlação entre teoria e prática que propõe a Prática Profissional Intrínseca (PPI) é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de resoluções de situações próprias do aluno e do professor no ambiente escolar e será extremamente relevante, dado a importância do profissional técnico em Segurança do Trabalho.

Assim, a prática vai permear toda a formação do futuro profissional, garantindo uma dimensão abrangente e interdisciplinar do conhecimento. A prática, nesta proposta, será desenvolvida nas disciplinas específicas e tem como objetivo familiarizar e embasar o estudante em atividades ligadas ao ensino, pesquisa e extensão. Uma possibilidade metodológica de realizar a PPI é através da atividade de extensão, tais como, feira, mostra, projetos culturais e sociais, oficina, encontros,

palestras, cursos de extensão, entre outras, que desenvolvam algum conteúdo trabalhado em sala de aula ou ambiente assemelhado dentro do curso.

A experiência dos alunos/professores deve ser ponto de partida para a reflexão sobre a prática pedagógica, criando desde o primeiro momento do Curso, uma rede de troca permanente de experiências, dúvidas e propostas de atuação. O eixo norteador da Prática Profissional Intrínseca é a transposição do conteúdo teórico para a prática de ensino, através da análise de materiais didáticos, de abordagens de ensino, de tarefas de aprendizagem nas diversas habilidades na área da Segurança do Trabalho.

3.4.2 Prática Profissional Supervisionada – estágio e/ou atividade equiparada

Conforme documentos institucionais do IFRO, poderão ser aproveitadas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão e atividades profissionais como estágio obrigatório desde que atenda a formalização necessária disponível no regulamento de estágio e relacionadas aos eixos formativos do curso. Cabe ao coordenador do curso avaliar a solicitação de aproveitamento de atividades acadêmicas ou profissionais e informar a carga horária a ser aproveitada, limitada a carga horária de 120 horas/relógio. Por fim, a apresentação de Relatório de Estágio e dos demais documentos, aprovado pelo professor orientador, é requisito imprescindível para o cômputo da carga horária.

3.4.2.1 Prática Profissional Supervisionada - Estágio

O estágio supervisionado justifica-se pela necessidade de vivências intensivas dos estudantes com o seu futuro campo de atuação profissional. De acordo com o artigo 1º da Lei Nº 11.788/2008, “[...] Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do educando [...]” e ainda prevê, dentre outras ações, a assinatura de Termo de Compromisso Tripartite, orientação profissional preferencialmente por professor das áreas específicas do curso e supervisor do local de realização do estágio, avaliação, acompanhamento e apresentação de relatórios.

O estágio deve ser começado a partir do início do 2º semestre letivo, devendo ser encerrado até o prazo final de integralização do curso. Não se aceitará, para fins de diplomação no *Campus*, que o mesmo seja realizado em prazo posterior. A apresentação de Relatório de Estágio, aprovado pelo professor orientador, é requisito imprescindível para o cômputo da carga horária.

As instituições parceiras, sendo elas públicas ou particulares poderão oferecer estágio, desde que se enquadrem nas normativas do Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação do IFRO. O número de empresas na cidade de Jaru-RO que poderá oferecer estágio para os alunos do curso Técnico em Segurança do Trabalho é amplo, por exemplo, ITALAC Alimentos; Frigorífico Irmãos Gonçalves (FRIGON); Prefeitura Municipal de Jaru; Laticínio Tradição; Indústrias Cerâmicas; Empresas do ramo da segurança do trabalho; entre outras. Ademais, todas as instruções e formas de realização do estágio serão definidas conforme o Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação vigente no IFRO.

3.4.2.2 *Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)*

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste em atividades que promovem a criação, o desenvolvimento e a integração de competências previstas nos projetos pedagógicos dos cursos técnicos de nível médio e dos cursos de graduação. Trata-se, portanto, de um processo de sistematização do conhecimento a ser desenvolvido pelos estudantes e orientado por um professor do curso. Todas as instruções para a realização do TCC estão descritas no Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso vigente no Instituto Federal de Rondônia.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de acordo com a sua natureza, poderá ser apresentado na modalidade artigo científico ou tecnológico, sendo aceitos trabalhos do tipo pesquisa de campo, experimental, estudo de caso ou outra prática semelhante. O aluno apresentará um projeto voltado para a resolução de um problema, criação/inação/adequação de método ou invento/protótipo na área de sua formação. O TCC deve ser entregue, devidamente aprovado pelo professor orientador, sendo o requisito para a aprovação a nota igual ou superior a 60 pontos, sem necessidade de apresentação em banca.



A Coordenação do Curso deverá orientar os alunos sobre os trâmites legais no processo de realização do TCC, de acordo com o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso dos cursos Técnicos de Nível Médio e dos Cursos de Graduação do IFRO.

O TCC deve ser começado a partir do início do 2º semestre letivo, devendo ser encerrado até o prazo final de integralização do curso. Não se aceitará, para fins de diplomação no *Campus*, que o mesmo seja realizado em prazo posterior. A aprovação na Prática Profissional é requisito imprescindível para a obtenção de diploma.

Questões omissas nos Regulamentos do IFRO e deste Projeto Pedagógico, relacionadas às condições de realização do Trabalho de Conclusão de Curso, serão resolvidas pelos órgãos consultivos do IFRO.

3.4.2.3 Prática Profissional Supervisionada - atividade equiparada e/ou aproveitamento de atividades profissionais

A equiparação de atividades como estágio obrigatório está prevista no Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação do IFRO. O estudante que desenvolver atividades de extensão, extensão tecnológica, monitoria, pesquisa ou iniciação científica e tecnológica, poderá solicitar a equiparação da atividade como estágio obrigatório, desde que seja compatível às ações desenvolvidas nos objetivos da formação do curso e as especificidades do perfil do egresso.

A equiparação de atividades como estágio obrigatório deverá ser solicitada pelo estudante, via requerimento, na Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade (CIEEC) do *Campus*, com apresentação de documentos, constantes no regulamento citado.

A CIEEC encaminhará o requerimento de equiparação de atividades à Coordenação do respectivo curso para análise e emissão de parecer. A equiparação poderá ser validada parcial ou integralmente, conforme parecer da Coordenação de curso. Para validar a equiparação, o estudante deverá apresentar o relatório final de



estágio contemplando todas as atividades de extensão, monitoria ou iniciação científica e tecnológica realizada.

Em caso de parecer favorável será designado professor orientador, indicado pela coordenação de curso, que ficará responsável pela orientação da elaboração e aprovação do relatório final de estágio.

O estudante que exercer atividade profissional correlata ao curso de Segurança do Trabalho na condição de empregado, empresário ou autônomo, poderá solicitar, no momento em que se exige o cumprimento do Estágio Obrigatório no respectivo curso e respeitando a legislação vigente, o aproveitamento das atividades profissionais como Estágio Obrigatório, conforme previsto no Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação do IFRO, desde que apresente os documentos mencionados no referido regulamento. Para solicitar o aproveitamento das atividades profissionais, o estudante deverá protocolar requerimento de aproveitamento de atividades profissionais como estágio na CIEEC.

A CIEEC encaminhará o requerimento de aproveitamento de atividades profissionais como estágio à Coordenação do respectivo curso para análise e emissão de parecer, a ser emitido em até 10 dias.

O aproveitamento das atividades poderá ser validado parcial ou integralmente, conforme parecer da Coordenação de curso. Em todas as situações a que se refere o caput deste artigo, o estudante deverá apresentar o relato das atividades desenvolvidas no formato de Relatório final de Estágio.

Em caso de parecer favorável será designado professor orientador, indicado pela coordenação de curso, que ficará responsável pela orientação da elaboração e aprovação do relatório final do estágio.

3.5 Atividades Complementares

As Atividades Acadêmicas Complementares, também denominadas Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, possuem a finalidade de oportunizar o enriquecimento científico e cultural dos alunos, ao longo de todo o curso em que estudam, conforme o surgimento ou a criação de oportunidades de formação em tempos e/ou espaços distintos dos regulares. Estas atividades estão compreendidas nos âmbitos do ensino, pesquisa e extensão, sendo elas:

- a) eventos científicos, mostras culturais, seminários, fóruns, debates, cursos de curta duração e outras formas de construção e difusão do conhecimento;
- b) programas de iniciação científica, que reforçam os investimentos da instituição na pesquisa e na consequente produção do conhecimento;
- c) atividades de extensão, que envolvem, além dos eventos científicos, os cursos de formação e diversas ações de fomento à participação interativa e à intervenção social;
- d) monitorias, que realçam os méritos acadêmicos, dinamizam os processos de acompanhamento dos alunos e viabilizam com agilidade o desenvolvimento de projetos vários;
- e) palestras sobre temas diversos, especialmente os que se referem à cidadania, sustentabilidade, saúde, orientação profissional e relações democráticas;
- f) visitas técnicas: também em sua função de complementaridade da formação do educando, buscam na comunidade externa algumas oportunidades que são próprias deste ambiente, em que se verificam relações de produção em tempo real e num espaço em transformação.

As atividades complementares não são obrigatórias nos cursos técnicos, não sendo requisito para conclusão do curso Técnico em Segurança do Trabalho.

3.6 Políticas de Inclusão e Apoio ao Discente

3.6.1 A inclusão educacional

O IFRO *Campus* Jaru não faz distinção das pessoas em função de suas diferenças individuais, sejam elas orgânicas, sociais ou culturais, pois a educação é direito tanto das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, bem como a outros grupos que por um tempo foram excluídos, como: os indígenas, os quilombolas e outros grupos em situação de vulnerabilidade.

Os alunos que se enquadrarem nos diferentes grupos de pessoas excluídas e marginalizadas contarão com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). De acordo com o

Decreto Nº 7.611/2011, o NAPNE deve atender às necessidades educacionais originadas de:

- Deficiência, caracterizada por impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringido a sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.
- Altas habilidades/superdotação, caracterizada por potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes.
- Transtornos globais do desenvolvimento, caracterizados por alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo (autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil).
- Transtornos funcionais específicos, como dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade entre outros.

Dentre as principais atividades previstas, podem ser citadas a oferta de instrumentos especiais para pessoas com deficiência física (órgãos, próteses, equipamentos para a superação de baixa visão ou baixa audição), o desenvolvimento de ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas, a criação e aplicação de estratégias para a garantia da educação inclusiva e a articulação com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão.

Com a expectativa de garantir condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o IFRO, *Campus Jarú*, prima pelo cumprimento legal de possibilitar condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (de acordo com o Art. 205, 206 e 208 da Constituição Federal de 1988; NBR 9050/2004 da ABNT; Lei Nº 10.098/2000; Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e Portaria Nº 3.284/2003) adotando medidas que permitem a acessibilidade às suas dependências pela comunidade acadêmica e favorecem a inclusão social.

Para garantir a proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) (Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012) o NAPNE desenvolverá ações junto ao corpo docente no sentido de orientar, acompanhar e sugerir um planejamento diferenciado buscando garantir a inserção do aluno com necessidades específicas. Para tanto, algumas ações serão desenvolvidas:

- orientação ao corpo docente e discente quanto a acolhida e o apoio necessário para a permanência da Pessoa com TEA;
- apoio ao docente no trabalho com o acadêmico com TEA;
- auxílio e orientação no planejamento docente quando necessário;
- acompanhamento do acadêmico com TEA;
- esclarecer aos discentes, docentes, colaboradores e funcionários em geral o que é o TEA, suas especificidades e procedimentos a serem adotados;
- atendimento aos familiares e ou responsáveis pelo acadêmico com TEA.

A Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, trata das formas de acesso nas Instituições Federais e define o percentual de vagas para os ingressantes nos cursos de graduação, em que no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas são destinadas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, regulamentando as divisões de cotas.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (IFRO 2023-2027) versa sobre a tecnologia assistiva, descrevendo que se trata de produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Algumas tecnologias assistivas que poderão ser trabalhadas no atendimento aos alunos que delas necessitarem são: materiais escolares e pedagógicos acessíveis, comunicação alternativa, recursos de acessibilidade ao computador, recursos para mobilidade, localização, a sinalização e o mobiliário que atenda às necessidades posturais.

Conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI (2023-2027), algumas ações podem ser desenvolvidas como estímulo à permanência e êxito do educando, podemos citar: cursos de nivelamento, aulas de recuperação paralela;

reforço escolar; auxílio financeiro para alunos em vulnerabilidade socioeconômica; Atendimento Educacional Especializado (AEE); atendimento biopsicossocial; serviço de orientação educacional, encaminhamento ao mundo do trabalho por meio da integração escola-empresa-comunidade; encaminhamento médico e odontológico; atividades esportivas e culturais; fortalecimento dos NAPNEs; projetos de pesquisa e extensão; e acesso aos laboratórios e bibliotecas equipadas com recursos multimídias, entre outras. Todas as ações desenvolvidas pelo NAPNE têm por objetivo contribuir para a permanência e êxito de todos os alunos que necessitam de atendimento educacional específico.

3.6.2 Apoio ao Discente

Como parte constituinte do organograma da Instituição o *Campus* possui a Coordenação de Assistência ao Educando (CAED), setor responsável pelo desenvolvimento de ações, projetos acompanhamento discente, orientações e encaminhamentos, visando o acolhimento, integração, inclusão, desenvolvimento físico, psíquico e social dos discentes.

Desenvolve ações de cunho pedagógico, além do atendimento e orientação familiar, atendimento às necessidades educacionais, promoção à saúde e apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Tem por finalidade assegurar aos discentes o direito de acesso às políticas de Assistência Estudantil, através das ações multiprofissionais que trabalham os aspectos educacionais e psicossociais que interferem no processo educativo, minimizando as dificuldades e promovendo assim a permanência e o êxito do discente.

Através da equipe multiprofissional formada por Psicólogo, Assistente Social, Assistente de Alunos, Orientador Educacional a Coordenação de Assistência Estudantil realiza a execução dos programas de assistência estudantil, sendo eles de atendimento universal, que englobam todos os estudantes matriculados nos cursos técnicos de nível médio, graduação, nas modalidades presencial, Ensino a Distância e presencial-virtual, e os programas de atendimento aos estudantes

socioeconomicamente vulneráveis selecionados através de análises socioeconômicas.

Os programas executados por meio das políticas de Assistência Estudantil desenvolvem as seguintes ações:

a) Programa de Atenção à Saúde e apoio biopsicossocial (PROSAPEX): acompanhamento e suporte ao ensino, pró cidadania e incentivo às atividades de esporte e lazer, e ainda como atendimento universal são desenvolvidos projetos de monitoria.

b) Programa de Auxílio à Permanência (PROAP): com objetivo de auxiliar discentes em vulnerabilidade socioeconômica nos gastos com transporte, alimentação, material didático entre outros.

c) Programa de Auxílio à Moradia (PROMORE): com o objetivo de atender alunos que não residem na cidade sede do *Campus* e tem dificuldades de acesso.

d) Programa de Auxílio Complementar (PROAC): que visa o atendimento dos casos de extrema vulnerabilidade e que ainda necessitem do apoio financeiro para permanecer na unidade.

A Diretoria de Ensino também está a disposição para ouvir/atender os alunos nas suas dúvidas, reclamações e sugestões tanto de forma presencial quanto pelos sistemas de comunicação eletrônicas de modo que se possa dirimir os problemas e que os alunos tenham um acompanhamento adequado no decorrer do seu processo formativo.

Ainda poderão ser desenvolvidas outras ações como: Atendimento Educacional Especializado (AEE), atendimento biopsicossocial, encaminhamento médico e odontológico, atividades esportivas e culturais, projeto de fortalecimento dos NAPNEs, entre outras.

3.7 Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC)

O IFRO dispõe de um conjunto de recursos de informática para a comunidade acadêmica. Os equipamentos estão localizados, principalmente, nas instalações administrativas, biblioteca, laboratórios de informática, laboratórios específicos, salas de professores, sala de coordenações. O *Campus* Jarú disponibiliza um laboratório de informática equipado com 40 computadores, todos ligados à internet. Além disso,

incorpora de maneira crescente os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. Diversas dependências comuns disponibilizam serviço de *wireless* aos estudantes. O IFRO incentiva o corpo docente a incorporar novas tecnologias aos processos de ensino e de aprendizagem, promovendo inovações no âmbito dos cursos.

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) implantadas nos processos de ensino e de aprendizagem e previstas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) incluem, especialmente, o uso da imagem e a informática como elementos principais. É estimulado o uso, entre os professores, de ferramentas informatizadas que permitem o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas.

3.7.1 Multimeios Didáticos

As aulas com *Slides* por meio de projetor multimídia ou de aparelhos de televisão possibilitam ao docente utilizar imagens com boa qualidade, além de enriquecer os conteúdos abordados com a apresentação de esquemas, animações, mapas, entre outros. Os docentes utilizam também as linguagens dos modernos meios de comunicação, TV/*pendrive* e da música/som e outros. A integração de dados, imagens e sons; a universalização e o rápido acesso à informação; e a possibilidade de comunicação autêntica reduz as barreiras de espaço e de tempo e criam um contexto mais propício à aprendizagem.

3.7.2 Recursos de Informática

Nos microcomputadores e *softwares* disponibilizados pela Instituição para o curso, são utilizados:

a) a internet como ferramenta de busca e consulta para trabalhos acadêmicos e em projetos de aprendizagem. Sua utilização permite superar as barreiras físicas e o acesso limitado aos recursos de informação existentes. Os docentes propõem pesquisas e atividades para os alunos. Os alunos utilizam as ferramentas de busca (como Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (Capes), *Google*, *Google Acadêmico*, *Yahoo*, enciclopédia

on-line, demais bancos de dados e outros) para elaborar e apresentar um produto seu, estruturado a partir dos materiais encontrados;

b) a comunicação por *e-mail*, já consagrada institucionalmente. Por meio de mensagens, alunos e professores trocam informações sobre trabalhos e provas e enviam arquivos e correções uns para os outros;

c) os pacotes de aplicativos, que incluem processador de textos, planilha eletrônica, apresentação de slides e gerenciador de bancos de dados, são, frequentemente, utilizados pelos docentes na instituição para preparar aulas e elaborar provas, e pelos alunos, nos laboratórios de informática e na biblioteca, como extensão da sala de aula. O processador de textos facilita ao aluno novas formas de apropriação da escrita, onde o reescrever é parte do escrever. As planilhas permitem lidar com dados numéricos em diversos componentes curriculares. Além de cálculos numéricos, financeiros e estatísticos, as planilhas também possuem recursos de geração de gráficos, que podem ser usados para a percepção dos valores nelas embutidas, quanto para sua exportação e uso em processadores de texto, *slides* ou *blogs*;

d) jogos e simulações propiciando vivências significativas, cruzando dados para pesquisas e fornecendo material para discussões e levantamento de hipóteses;

e) demais ferramentas, de acordo com o previsto nos planos de ensino.

3.7.3 Ambiente Virtual de Aprendizagem

O Instituto Federal de Rondônia dispõe de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), utilizando o *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment* (MOODLE) e o Sistema de Webconferências que permite o compartilhamento de áudios, vídeos, *slides*, *chats* e área de trabalho, gravação de aulas, entre outros. Esta ferramenta também possui um quadro virtual para professores e alunos, que proporciona a exibição em tempo real das anotações realizadas.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é desenvolvido para garantir a interação entre os agentes envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem, neste caso, alunos, professores, tutores e equipe pedagógica de acompanhamento. Em sua maioria, são *softwares* que estão disponibilizados na internet e possuem um

conjunto de ferramentas para criar e gerir as atividades que normalmente seriam executadas de forma presencial.

O objetivo que envolve o AVA é, além de permitir o uso de diversos conteúdos multimídias, possibilitar a interatividade e interação entre alunos, professores, tutores e grupos, viabilizando a produção de conhecimento. Digitalizadas, as informações podem chegar a diversos lugares e a diversos dispositivos (computador, *tablet*, celular etc) de forma rápida, segura e organizada. Isso faz as pessoas produzirem e transmitirem saberes, disponibilizando-os na internet com um *click*.

3.8 Acompanhamento do Egresso

O Acompanhamento do egresso do Curso Técnico em Segurança do Trabalho se dará conforme regulamentado na Resolução Nº 45/2017/CONSUP/IFRO, sendo constituídas de ações, projetos e atividades, articuladas entre o ensino, pesquisa e extensão, que visam ao cadastramento, ao acompanhamento, à formação continuada, à inclusão e inserção no processo produtivo, ao encaminhamento para o mundo do trabalho e à manutenção do vínculo institucional com os antigos estudantes.

Serão realizadas pesquisas sobre inserção profissional e empregabilidade; levantamento de informações acerca do ensino ofertado pelo IFRO e sua adequação à realidade do mundo do trabalho e área de formação; pesquisa sobre inserção social enquanto atuação cidadã e formação humanística promovida pelo IFRO; promoção de encontros anuais, seminários, cursos, palestras e outras atividades voltadas ao contato, atualização e envolvimento dos egressos; manutenção do vínculo com os egressos, por meio de produtos, serviços e ofertas de vagas em cursos, a fim de promover práticas contínuas e coletivas de benefício mútuo; fomento a atividades de integração entre egressos e alunos em formação, visando à troca de informações e experiências; atualização cadastral dos egressos; criação de banco de currículos de egressos; organização de cadastro de instituições e empresas que atuam nas áreas afins à formação dos egressos do IFRO; divulgação de oportunidades de atualização profissional, concursos, trabalho e emprego.

3.9 Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A integração entre ensino, pesquisa e extensão visa ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensão essencial à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Assim, o fazer pedagógico irá integrar ciência e tecnologia, bem como teoria e prática; concebendo a pesquisa como princípio educativo e científico e as ações de extensão como um instrumento de diálogo permanente com a sociedade.

É essencial o incentivo à iniciação científica, ao desenvolvimento de atividades comunitárias e de prestação de serviços, numa perspectiva de participação ativa dentro de um mundo de complexa e constante integração de setores, pessoas e processos. Para isso, projetos de pesquisa e extensão serão fomentados pela Instituição, com disponibilidade de bolsas de pesquisa e extensão para discentes e apoio institucional aos docentes. Ainda, os professores deste curso poderão desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão que são financiados por órgão de fomento externo.

A aprendizagem significativa se caracteriza pela interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos. Nesse processo, os novos conhecimentos adquirem significado para o sujeito e os conhecimentos prévios adquirem novos significados ou maior estabilidade cognitiva.

3.9.1 Integração com rede pública e empresas

O IFRO *Campus* Jaru propõe buscar e manter parcerias com entidades, instituições públicas, privadas e associações de classe, vislumbrando a cooperação nos âmbitos científico, técnico, tecnológico e pedagógico, além da ampliação e diversidade dos cenários de aprendizagem para os alunos do Curso de Segurança do Trabalho.

3.10 Certificação

3.10.1 Certificação de Conclusão de Curso

Após o cumprimento integral da matriz curricular que compõe o curso, será conferido ao egresso o Diploma de Técnico em Segurança do Trabalho, conforme orientações da Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

Só serão concedidos os diplomas de habilitação aos alunos que concluírem todas as disciplinas, incluindo a Prática Profissional, dentro do período de integralização previsto, conforme legislação vigente.

3.10.2 Certificação Intermediária

O *Campus Jarú* não adotará a possibilidade de certificação intermediária para o Curso Técnico em Segurança do Trabalho.

4 EQUIPE DOCENTE E TUTORIAL PARA O CURSO

4.1 Requisitos de formação

Os pré-requisitos de formação necessários para atuar no curso são aqueles estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394/1996, e regulamentações do Ministério da Educação. No quadro a seguir, constam os requisitos mínimos por disciplina:

Quadro 4 – Requisitos de formação por disciplina

N.º	Disciplina	Formação Mínima Requerida
1	Matemática Aplicada	Graduação em matemática.
2	Informática Aplicada	Graduação em Informática, Engenharia Computação, Sistemas de Informação, Análise de Desenvolvimento de Sistemas.
3	Português Instrumental	Graduação em Letras/Língua Portuguesa.



4	Higiene e Saúde ocupacional I	Graduação em qualquer Engenharia ou Arquitetura e Urbanismo com Especialização em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho; Tecnólogo em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia com formação complementar na área de Segurança do Trabalho.
5	Segurança do Trabalho I	Graduação em qualquer Engenharia ou Arquitetura e Urbanismo com Especialização em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho; Tecnólogo em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia com formação complementar na área de Segurança do Trabalho.
6	Desenho Técnico I	Graduação em Engenharias, Arquitetura e Urbanismo.
7	Legislação Aplicada à Segurança e Saúde do Trabalho	Graduação em qualquer Engenharia ou Arquitetura e Urbanismo com Especialização em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho; Tecnólogo em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia com formação complementar na área de Segurança do Trabalho; Graduação em Direito.
8	Desenho Técnico II	Graduação em Engenharias, Arquitetura e Urbanismo.
9	Higiene e Saúde Ocupacional II	Graduação em qualquer Engenharia ou Arquitetura e Urbanismo com Especialização em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho; Tecnólogo em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia com formação complementar na área de Segurança do Trabalho.
10	Ética Profissional e Cidadania	Graduação em Sociologia ou Filosofia.
11	Processos Industriais I	Graduação em qualquer Engenharia ou Arquitetura e Urbanismo com Especialização em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho; Tecnólogo em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia com formação complementar na área de Segurança do Trabalho; Engenharia de Produção; Engenharia Mecânica; Engenharia de Alimentos.
12	Prevenção e Combate a Sinistro I	Graduação em qualquer Engenharia ou Arquitetura e Urbanismo com Especialização em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho; Tecnólogo em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia com formação complementar na área de Segurança do Trabalho.
13	Segurança do Trabalho II	Graduação em qualquer Engenharia ou Arquitetura e Urbanismo com Especialização em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho; Tecnólogo em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia com formação complementar na área de Segurança do Trabalho.



14	Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional	Graduação em qualquer área de formação.
15	Relações Humanas no Trabalho	Graduação em Administração; Graduação em Sociologia; Graduação em Psicologia.
16	Processos Industriais II	Graduação em qualquer Engenharia ou Arquitetura e Urbanismo com Especialização em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho; Tecnólogo em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia com formação complementar na área de Segurança do Trabalho; Engenharia de Produção; Engenharia Mecânica; Engenharia de Alimentos.
17	Toxicologia Ocupacional	Graduação em Química ou Engenharia Química.
18	Ergonomia	Graduação em qualquer Engenharia ou Arquitetura e Urbanismo com Especialização em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho; Tecnólogo em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia com formação complementar na área de Segurança do Trabalho; Graduação em Educação Física.
19	Segurança do Trabalho III	Graduação em qualquer Engenharia ou Arquitetura e Urbanismo com Especialização em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho; Tecnólogo em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia com formação complementar na área de Segurança do Trabalho.
20	Primeiros Socorros	Graduação em qualquer Engenharia ou Arquitetura e Urbanismo com Especialização em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho; Tecnólogo em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia com formação complementar na área de Segurança do Trabalho; Graduação em Educação Física; Graduação em Enfermagem.
21	Prevenção e Combate a Sinistro II	Graduação em qualquer Engenharia ou Arquitetura e Urbanismo com Especialização em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho; Tecnólogo em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia com formação complementar na área de Segurança do Trabalho.
22	Empreendedorismo	Graduação em Administração e área afins.
23	Controle ambiental	Graduação em Engenharia Ambiental; Tecnólogo em Gestão Ambiental; Graduação em Engenharia com especialização na área ambiental; Graduação em Biologia; Graduação em Geografia.
24	Segurança do Trabalho na Agropecuária e na Agroindústria	Graduação em qualquer Engenharia ou Arquitetura e Urbanismo com Especialização em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho; Tecnólogo em Segurança do Trabalho;



		Graduação em Engenharia com formação complementar na área de Segurança do Trabalho.
25	Gerenciamento de Riscos	Graduação em qualquer Engenharia ou Arquitetura e Urbanismo com Especialização em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho; Tecnólogo em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia com formação complementar na área de Segurança do Trabalho.
26	Segurança na Indústria da Construção Civil	Graduação em qualquer Engenharia ou Arquitetura e Urbanismo com Especialização em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho; Tecnólogo em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia com formação complementar na área de Segurança do Trabalho.
27	Direito Trabalhista e Previdenciário	Graduação em qualquer Engenharia ou Arquitetura e Urbanismo com Especialização em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho; Tecnólogo em Segurança do Trabalho; Graduação em Engenharia com formação complementar na área de Segurança do Trabalho; Graduação em Direito; Graduação em Administração.
28	Projeto Integrador	Graduação em qualquer área de formação.

4.2 Docentes para o curso

O corpo docente que atuará no curso é composto por 12 (doze) professores efetivos com regime de trabalho de dedicação exclusiva, conforme quadro seguinte:

Quadro 5 – Docentes que atuarão no curso e sua formação

Nome	Formação	Titulação	RT/CH	Link Lattes
Alana Mara Kolln	Engenharia Florestal; Engenharia de Segurança do Trabalho	Mestra	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/0562938713927206
Aldison Diego Fonseca Dias	Informática	Especialista	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/199611345061
Aline Rosa Gomes	Agronomia; Engenharia de Segurança do Trabalho	Mestra	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/4503754594410843
Ana Paula Alves Gonçalves	Engenharia Ambiental; Engenharia de	Mestra	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/2157955227549867



	Segurança do Trabalho			
Caio Henrique Patricio Pagani	Engenharia Ambiental; Engenharia de Segurança do Trabalho	Mestre	40h	http://lattes.cnpq.br/9865391477439861
Erica Cayres Rodrigues	Letras	Mestra	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/1123159410463855
Glauco Jose Costa Souza	História	Doutor	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/7891551598741736
Iveltyma Roosemalen Passos Ibiapina	Administração	Mestre	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/3345076826368298
Marcelo Moysés Corilaço	Matemática	Mestre	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/4457030155895437
Maria Mychellyne Cristina de Sousa Ayres	Administração	Mestra	40h	http://lattes.cnpq.br/2059599773021119
Renato Delmonico	Arquitetura e Urbanismo; Engenharia de Segurança do Trabalho	Mestre	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/1546265378678990
Rodrigo Simoes Silva	Química	Doutor	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/6907591478449966

4.3 Índices de qualificação dos docentes do curso

Como se pode observar no quadro 6, a maioria dos profissionais que compõem o quadro de docentes do curso possuem formação de nível superior com pós-graduação. Destes, 83,3% possuem titulação de Mestrado ou Doutorado obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, conforme as exigências legais, sendo dois doutores (16,66%) e 8 mestres (66,66%). Os índices em *stricto sensu* tendem a se ampliar conforme as possibilidades previstas na política de capacitação de pessoal do IFRO, além da entrada de novos profissionais docentes.

Quadro 6 – Titulação corpo docente

Titulação	Qtde.	% do total	Na área do curso		Em outras áreas	
			Qtde.	% do total	Qtde.	% do total
Especialização	1	8,33%			1	8,33%
Mestrado	9	75%	4	33,33%	4	33,33%

Doutorado	2	16,66%			2	16,66%
Total	12	100%	4	33,33%	8	67,66%

4.4 Política de aperfeiçoamento, qualificação e atualização

Os documentos institucionais do IFRO dispõem sobre a Política de Capacitação dos Servidores do Instituto, a qual tem o objetivo de promover e prover ações e estratégias de ensino e aprendizagem que possibilitem aos servidores a construção e o aprimoramento de competências, habilidades e conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento profissional. Reflete, ainda, a valoração do indivíduo correspondendo aos padrões de qualidade e produtividade necessários ao atendimento da missão institucional do IFRO.

Assim sendo, a Política de Capacitação prevê Programas de Capacitação que objetivam a integração, a formação e o desenvolvimento profissional dos servidores para o exercício pleno de suas funções e de sua cidadania. Nessa perspectiva, podem ser ofertados Programas de Integração Institucional que forneçam informações pedagógicas básicas; Programas de Desenvolvimento Profissional que visam atualizar métodos de trabalho e de atividades administrativas e pedagógicas desenvolvidas pelos servidores, através da proposição de cursos, seminários, palestras, encontros, congressos, conferências; Programas de Qualificação Profissional que compreendem os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização) e *Stricto Sensu* e Programa de Formação Continuada dos servidores, com as seguintes temáticas: Educação Inclusiva, Novas Metodologias de Ensino, Capacitação Gerencial, Interdisciplinaridade, Projetos Integradores, Avaliação etc.

Ainda de acordo com a Política de Capacitação, o estímulo à Pós-Graduação ocorre mediante concessão de horários especiais de trabalho, conforme dispõem as normas e legislações específicas, bem como o custeio e incentivo na participação nos Programas de Mestrado e Doutorado Interinstitucionais (MINTER/DINTER).



5 GESTÃO ACADÊMICA

5.1 Coordenação Do Curso

A Coordenação de Curso, vinculada ao Departamento de Apoio ao Ensino, é um setor com finalidade de dar suporte, orientação e planejamento às ações de implantação e execução do curso que representa.

A Portaria Nº 2460/REIT – CGAB/IFRO, de 11 de novembro de 2019, estabelece as normas para o processo de eleição para escolha dos Coordenadores de Cursos Técnicos de Nível Médio, Cursos de Graduação e de Pós-Graduação do IFRO. Os coordenadores de curso serão nomeados pelo diretor do *campus*, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, após novo processo eleitoral.

O Coordenador de Curso Técnico deverá ter no mínimo Graduação e ter formação, preferencialmente na área específica do curso. O processo de eleição se regerá por meio de edital interno do *Campus* e deverá contemplar como votantes: docentes, discentes e técnico-administrativos, vinculados ao respectivo curso ao qual se pretende escolher o Coordenador.

No momento da construção deste PPC a coordenação do curso é ocupada pela Professora Aline Rosa Gomes, que possui formação em Engenharia Agrônômica, com Pós-graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho, Mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica, com regime de trabalho de 40h com dedicação exclusiva, sendo professora efetiva no IFRO *Campus* Jarú desde 2018.

5.2 Colegiado de curso

O Colegiado de Curso seguirá a Resolução Nº 7/REIT - CONSUP/IFRO, de 03 de janeiro de 2018. Os Colegiados de Curso são órgãos de apoio à gestão pedagógica, de caráter consultivo e deliberativo dos cursos que representam. No Curso Técnico o Colegiado de Curso é obrigatório. O colegiado de curso deverá ser constituído pelo coordenador de curso, docentes em exercício no curso e discente regular do curso escolhido entre os seus pares para o mandato de um ano. O

Colegiado de Curso será presidido pelo Coordenador do Curso e se reunirá ordinariamente a cada dois meses.

5.3 Assessoramento ao curso

5.3.1 Diretoria de Ensino

Articula-se com a Direção Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *Campus* e as instruções da Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Existem alguns setores vinculados à Direção de Ensino, conforme subseções seguintes.

5.3.1.1 *Departamento de Apoio ao Ensino (DAPE)*

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos no que tange a elaboração, tramitação, organização, recebimento e expedição de documentos referentes ao ensino; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes; atua junto ao ensino nas modalidades ofertadas com auxílio de uma equipe de pedagogos e técnicos em assuntos educacionais, para prestar apoio pedagógico.

5.3.1.2 *Coordenação de Assistência ao Educando (CAED)*

A Coordenação de Assistência ao Educando desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino e ao Departamento de Apoio ao Ensino, presta informações, realiza orientações aos discentes e seus familiares, mantém um trabalho articulado entre os discentes, seus familiares e os agentes escolares ligados ao ensino.

A Coordenação, quando com a equipe completa, é composta pelos seguintes profissionais: Assistente Social, Orientação Educacional, Tradutor e Intérprete de Libras, Psicólogo, Assistente de alunos e Enfermeiro, atualmente conta com a

Assistente Social, Tradutor e Intérprete de Libras, Orientação Educacional e Assistente de alunos.

5.3.1.3 *Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA)*

Coordenação de Registros Acadêmicos é um setor de registro, acompanhamento, informação e controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno, incluindo-se trâmites para expedição de diplomas.

5.3.1.4 *Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas*

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) é orientado pela Resolução Nº 24/CONSUP/IFRO, de 26 de maio de 2023, que dispõe sobre o Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas. Foi constituído de acordo com as legislações do país, é um órgão de assessoramento e se encontra ligado a Reitoria, à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e em cada *Campus*, diretamente à Diretoria de Ensino (DE).

O NAPNE, criado por Portaria instituída em cada *Campus*, é um núcleo de promoção, planejamento e execução de políticas voltadas às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, e deve defender, conforme indicação da Resolução Nº 24/CONSUP/IFRO, de 26 de maio de 2023, que:

Art. 3º O NAPNE tem por objetivo a promoção de ações educacionais, a partir do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que visem à superação das barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais e de informação, tecnológicas, sistêmicas e educacionais.

Art. 4º O NAPNE tem por finalidade colaborar com os processos de acesso, procedimentos para a permanência e possibilidade de saída com sucesso em cursos de educação profissional e tecnológica dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Art. 5º O atendimento do NAPNE deve ser, conforme disposto no Art. 58 da Lei nº 9394/1996 e §1º do Art.1º do Decreto nº 7.611/2011, para público-alvo da educação inclusiva: pessoas com deficiência,

transtornos globais do desenvolvimento, transtornos hipercinéticos, dislexia e altas habilidades/superdotação.

O NAPNE visa à inserção das pessoas com necessidades específicas em cursos presenciais e a distância de formação inicial e continuada, técnicos, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações no IFRO.

O NAPNE tem como atribuição desenvolver, acompanhar, avaliar e implementar ações com a finalidade de promover o desenvolvimento do estudante, minimizar a exclusão social e facilitar o acesso das pessoas com necessidades específicas ao mundo do trabalho através do preparo e qualificação, objetivando o favorecimento pleno da cidadania.

Para fins de desenvolvimento das ações do NAPNE, são consideradas pessoas com necessidades específicas, todas aquelas contempladas pelo Decreto Nº 7.611/2011.

5.3.2 Departamento de Extensão

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância dos projetos e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do *Campus*; participa de atividades de divulgação e aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos. Ainda, cumpre as atividades de rotina relativas a estágio, através do levantamento de vagas, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mundo do trabalho, estabelecimento de relação quantitativa e qualitativa adequada entre alunos e docentes orientadores, e outros); desenvolve planos de intervenção para conquista do primeiro emprego, acompanha egressos por meio de projetos de integração permanente, constrói banco de dados de formandos e egressos, faz as diligências para visitas técnicas, dentre outras funções.

Em geral, o Departamento de Extensão apoia a administração, a Diretoria de Ensino e todos os membros das comunidades (interna e externa) no desenvolvimento de projetos que favoreçam ao fomento do ensino e da aprendizagem. Usa como estratégia a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o *marketing*.

Estão vinculados ao Departamento de extensão a Coordenação de Integração, Escola, Empresa e Comunidade (CIEEC), Coordenação de Cursos de Formação Inicial e Continuada (CFIC) e Coordenação do Centro de Idiomas (CCI).

5.3.3 Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Atende às necessidades da Instituição de forma articulatória, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos.

A Coordenação de Pesquisa e Inovação, trabalha com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) Júnior e outros, e projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, desenvolvidos no âmbito interno ou não, envolvendo não apenas os alunos e professores, mas também a comunidade externa.

5.3.4 Equipe técnico-pedagógica

O *Campus* Jaru conta com a seguinte equipe técnico-pedagógica, a qual dará apoio e suporte ao funcionamento do Curso Técnico em Segurança do Trabalho.

Quadro 7 – Equipe Técnico-Pedagógica

CARGO/FUNÇÃO	QUANTIDADE
Assistentes de alunos	02
Assistentes em Administração	03
Assistente Social	01
Auxiliar em Assuntos Educacionais	01
Pedagoga	01
Técnicos de laboratório	02
Técnico de tecnologia da informação	01



Técnicos em assuntos educacionais	02
Tradutor e intérprete de Linguagem de Sinais – Libras	02

Além desses profissionais para subsídio das atividades administrativas e pedagógicas, o *campus* também possui contratação de servidores terceirizados na área de recepção, psicologia e apoio pedagógico.

6 INFRAESTRUTURA

6.1 Infraestrutura física e recursos materiais

O *Campus* está em processo de expansão de sua infraestrutura com garantia dos ambientes e recursos para a realização dos cursos. Os setores de atendimento possuem equipamentos e mobiliários adequados, além de pessoal de apoio para a manutenção e organização dos espaços e instrumentos de trabalho.

Para atender, de forma adequada, às necessidades acadêmicas, foram projetadas suas instalações prediais dentro dos padrões exigidos pelos órgãos de controle e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

As instalações prediais construídas são de excelente qualidade, em alvenaria e estrutura de concreto armado, com fechamento em vidro e tijolo cerâmico, piso granilite antiderrapante, revestimento externo com reboco, massa acrílica e no interno com reboco, massa corrida, pintura látex/acrílica, textura e azulejos (laboratórios e conjuntos sanitários) com portas internas de madeira e janelas com vidro temperado.

A instalação elétrica está de acordo com as normas da concessionária local. Na parte interna, todo o sistema é embutido com quadros de distribuição de acordo com as cargas, interruptores, tomadas e luminárias fluorescentes distribuídos em conformidade com as necessidades e código de obra.

Todos os ambientes são climatizados por ar condicionados tipo *Split*, dimensionados de acordo com a área e normas técnicas.

A instalação hidrossanitária atende às normas da concessionária local, inclusive às exigências de segurança.

O prédio utiliza cobertura segundo as normas técnicas e de acordo com o indicado nos instrumentos editados pelos órgãos de controle.

6.1.1 Estrutura Física

Para melhor detalhar a estrutura física e acadêmica do *Campus*, o Quadro 8 apresenta as repartições e dependências a serem utilizadas por professores e alunos no exercício das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

Quadro 8 – Infraestrutura e respectivas quantidades e dimensões em metros quadrados

Dependência	Quantidade	Tamanho em m²
Salas de aula	09	60
Sala dos professores	1	60
Laboratório de Informática	1	54
Laboratório de Química	1	54
Laboratório de Biologia	1	54
Laboratório de Anatomia Animal	1	54
Laboratório de Alimentos	1	54
Laboratório de Segurança do Trabalho	1	54
Biblioteca	1	54
Sala de Direção de Ensino, DAPE, Coordenações de curso	1	60
Sala do Departamento de Extensão e Pesquisa	1	60
Sala da CAED	1	50
Sala Espaço <i>Maker</i> / FABLAB	1	78
Centro de Inovação Tecnológica (CIT) - laboratórios	1	112

6.1.2 Recursos materiais

Os recursos materiais dos laboratórios serão apresentados na seção específica dos laboratórios, os demais são apresentados abaixo:

- a) Salas de Aula: a Instituição disponibiliza aos seus acadêmicos salas de aula com um projetor multimídia, 40 carteiras individuais, com acabamento em plástico

e braço de apoio com acabamento em fórmica, um quadro de vidro, ar-condicionado do tipo *Split*, cortinas tipo persianas, uma mesa individual e uma cadeira estofada.

Esses locais atendem às necessidades institucionais e do curso, apresentando manutenção periódica, conforto, disponibilidade de recursos de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) adequados às atividades a serem desenvolvidas, flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino e de aprendizagem.

b) Sala de Professores: O *campus* conta com uma sala de professores que possui três mesas coletivas, 10 mesas individuais, 25 cadeiras, um armário de arquivo, três armários individuais com chave, cinco computadores, um ar-condicionado do tipo *Split*, uma impressora, um micro-ondas e uma geladeira.

Esse local viabiliza o trabalho docente, possui recursos de TDICs, permite a integração e dispõe de espaço para a guarda de equipamentos e materiais. No entanto, está em fase de construção um bloco onde terá uma sala para atendimento individualizado do professor para o aluno.

c) Sala da Direção de ensino, DAPE, Coordenações de curso, Sala dos Departamentos de Extensão e de Pesquisa: Esse espaço está equipado com 13 mesas individuais, 26 cadeiras, seis armários, 13 computadores, uma impressora e um ar condicionado do tipo *Split*. O espaço de trabalho para o coordenador viabiliza as ações acadêmico-administrativas, possui equipamentos adequados e atende às necessidades institucionais. No entanto, está em fase de construção um bloco onde a coordenação de curso terá uma sala separada, e o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado de curso terá uma sala para reuniões.

d) Sala da CAED: Equipada com 5 (cinco) mesas individuais, 10 (dez) cadeiras, 3 (três) armários, 5 (cinco) computadores, e 1 (um) ar condicionado do tipo *Split*.

e) Sala da psicologia: Equipada com 1 (uma) mesa, 4 (quatro) cadeiras e 1 (um) ar condicionado do tipo *Split*.

f) Infraestrutura de Segurança: A instalação do *campus* foi projetada para atender às normas do Código de Segurança e Proteção contra Incêndio (CBMRO), por meio da instalação dos seguintes sistemas:

- Extintores CO₂ nos corredores;



- Saída de emergência;
- Luminárias de emergência;
- Sinalizações;
- Parte elétrica: subestação e quadros de distribuição compatíveis com as cargas;
- Kit de equipamento de proteção individual (máscaras, luvas etc) nos laboratórios.

6.2 Infraestrutura de acessibilidade às pessoas com necessidades educacionais específicas

6.2.1 Acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida

- a) Instalação de corrimão em todos os acessos de escadas;
- b) Sanitários em todos os blocos para pessoas com necessidades especiais, com equipamentos e acessórios de acordo com a NBR 9050/2004 ABNT;
- c) Instalação de antiderrapante emborrachado em todas as escadas e rampas em cerâmica;
- d) Corredores largos, facilitando a locomoção e acesso aos vários ambientes;
- e) Instalação de elevador ligando o pavimento térreo ao pavimento superior;
- f) Profissionais na guarita e no *hall* de entrada para auxílio quando necessário;
- g) Estacionamento e/ou acesso adequado e reservado próximo às edificações para pessoas com necessidades específicas.

6.2.2 Acessibilidade para alunos com deficiência visual

- Instalação de piso tátil em todos os corredores e portas.

6.2.3 Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva

- Disponibilidade de intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa;
- Flexibilização da correção dos instrumentos de avaliação, valorizando o conteúdo semântico.

6.3 Infraestrutura de informática

6.3.1 Laboratórios

O IFRO *Campus* Jaru coloca a serviço das necessidades acadêmicas dos seus alunos um Laboratório de Informática, com 40 computadores com acesso à internet, dispostos em 40 mesas individuais com 40 cadeiras, onde todos os equipamentos são utilizados diariamente, das 7h30 às 22h30. Além dos acessos no Laboratório de Informática, há *internet wireless* no perímetro do *Campus*, a qual o acadêmico tem acesso via sistema Eduroam.

A escolha do laboratório e as instalações especiais atendem às necessidades dos cursos oferecidos, levando-se em conta o número de alunos e a relação custo-benefício.

A atualização do laboratório varia de acordo com as novas tecnologias e a manutenção é feita por profissionais especializados. A operacionalização dos equipamentos é de responsabilidade dos docentes e técnicos do IFRO.

A atualização tecnológica e a manutenção de equipamentos correspondem às ações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Plano de Ação do *Campus* e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que prevê a aquisição de equipamentos. Todavia, a atualização poderá ser desenvolvida também por meio de ações complementares pelos servidores do IFRO, enquanto a manutenção ficará a cargo tanto de técnicos especializados quanto dos que manuseiam os equipamentos nos processos de formação acadêmica.

A conservação do laboratório é realizada por manutenções preventivas e corretivas planejadas pela Coordenação de Curso e demais gestores do IFRO *Campus* Jaru. A atualização do laboratório é realizada a cada ano, de acordo com as

atividades docentes e discentes relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, segundo a dotação orçamentária do *Campus*.

6.4 Infraestrutura de laboratórios

6.4.1 Laboratórios Didáticos de Formação Básica

As atividades desenvolvidas em laboratórios buscarão complementar a produção do saber através de distintos contextos de aprendizagens, indispensáveis para o ensino das habilidades previstas no curso. Para manutenção dos laboratórios de ensino, o Instituto dispõe ainda de um técnico laboratorista. Entendendo que a atividade científica e pedagógica em uma Instituição de Ensino Federal deve fornecer condições para que a formação de seus alunos esteja pautada na formação integral destes futuros profissionais, o curso Técnico em Segurança do Trabalho do IFRO conta com os seguintes espaços para a realização de suas atividades de formação básica:

a) Laboratório de Química: atenderá as demandas das aulas práticas das disciplinas de Alimentos e Alimentação Animal e Nutrição Animal. Possui as dimensões de 6 x 9 metros, contendo três bancadas, com capacidade para 20 alunos, ainda contém equipamentos básicos, tais como: capela de exaustão, chuveiro e lava olhos de emergência, centrífuga para laboratório, agitador magnético, estufa de secagem, balança analítica, destilador de água, deionizador de água, banho-maria, bomba à vácuo, fotocolorímetro, turbidímetro, refratômetro, espectrofotômetro UV/VIS, manta aquecedora, rotaevaporador, moinho de facas, mufla, analisador de umidade, condutivímetro, bloco digestor, dessecador, homogeneizador, analisador de leite, mesa agitadora.

b) Laboratório de Biologia: atenderá as demandas das aulas práticas das disciplinas deste eixo tecnológico. Possui as dimensões de 6 x 9 metros, contendo três bancadas e capacidade para 20 alunos. Contém ainda os seguintes equipamentos básicos: balança analítica, balança de precisão, autoclave vertical, câmara de fluxo laminar, câmara com fotoperíodo, centrífuga, pHmetro de bancada, micropipetadores, agitador magnético, estufa de secagem, estufa bacteriológica, destilador de água, deionizador de água, microscópios ópticos, estereomicroscópios,



banho-maria, refrigerador, microondas. Para melhor atender as demandas do curso será necessário apoio técnico de acordo com a necessidade de novos laboratórios de formação básica. A quantidade de insumos, materiais e equipamentos são adequados ao número de vagas disponibilizada e ao espaço físico. Ainda, serão realizadas avaliações periódicas dos serviços prestados e da qualidade dos laboratórios, de forma a atender aos anseios do curso e proporcionar um ensino de qualidade. Outras avaliações serão realizadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), como o atendimento a demanda existente e futura e das aulas ministradas.

6.4.2 Laboratórios Didáticos de Formação Específica

O *Campus* Jaru possui um laboratório específico de Segurança do Trabalho, com aproximadamente 54m², contando com equipamentos inerentes às áreas técnicas de Higiene Ocupacional e Ergonomia, Equipamentos de Proteção Individual (EPI), Suporte Básico à Vida e Proteção Contra Incêndios.

Ressalta-se também que muitas atividades práticas serão realizadas mediante parcerias institucionais e visitas técnicas ao decorrer do curso.

6.5 Biblioteca

O *campus* oferece biblioteca física aos alunos, em ambiente climatizado, dinâmico e organizado, contendo referências bibliográficas imprescindíveis a sua formação, com seu acervo em expansão. A biblioteca possui uma estrutura física de 54m², estantes para os livros e mesas com cadeira para estudo.

O IFRO também oferta aos seus alunos e servidores a biblioteca virtual, através do aplicativo “Minha Biblioteca”. Ela oferece um catálogo multidisciplinar com as principais editoras acadêmicas reconhecidas pelo Ministério da Educação. São mais de 10 mil títulos disponíveis na plataforma e segmentados em seis catálogos por diversas áreas de especialização: Exatas, Jurídica, Letras e Artes, Pedagógica, Saúde e Sociais aplicadas. E possui 12 das principais editoras de livros acadêmicos do Brasil e 15 selos editoriais. A plataforma é prática, intuitiva e 100% em Língua Portuguesa. O acesso está disponível 24 horas por dia, todos os dias da semana, para todos os alunos e servidores do IFRO, com acesso por meio do Sistema Unificado de

Administração Pública (SUAP), com tutorial e mais informações estabelecidas na plataforma virtual: <http://portal.ifro.edu.br/bibliotecadigital-nav>.

Também está disponível, nos computadores da biblioteca, assim como nos demais computadores da instituição, acesso ao Portal de Periódicos CAPES para consulta de trabalhos científicos indexados nas mais diversas bases de dados nacionais e internacionais. A biblioteca é aberta ao público de segunda a sexta-feira, nos períodos matutino, vespertino e noturno. O espaço é destinado à comunidade escolar, sendo os empréstimos permitidos somente aos alunos e servidores do *Campus*.

6.5.1 Demonstrativo da relação unidade/quantidade

Na biblioteca do *campus*, existem mais de 2400 exemplares de livros para consulta presencial, das diversas áreas do conhecimento, incluindo do núcleo profissional. Além dos livros físicos, como já dito anteriormente, a instituição possui uma base digital, com centenas de livros complementares.

O *campus* ainda está em ampliação, e continua aumentando seu acervo físico e digital, considerando uma relação de no mínimo 5 exemplares para a bibliografia básica e 3 exemplares para bibliografia complementar dispostas nas ementas de cada componente curricular.

6.6 Outros ambientes específicos de ensino e aprendizagem

No planejamento das obras de implantação do *Campus* Jaru também estão sendo previstos espaços de convivência para os alunos, com cantina e pátio de recreação.

Ressalta-se que esses espaços são iniciais e que, durante o desenvolvimento da unidade, outros espaços serão demandados, planejados e instalados no *Campus*.

No momento, o *Campus* não disponibiliza de ambientes para eventos grandiosos. Entretanto, já está em planejamento a construção desses espaços. As atividades que requeiram lugares maiores serão realizadas em órgãos públicos ou privados, via parceria com o IFRO *Campus* Jaru.



7 BASE LEGAL

7.1 Diretrizes curriculares nacionais do curso

Sua elaboração está amparada nos seguintes aspectos legais: Lei N° 9.394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Parecer CEB/CNE N° 39/2004 Aplicação do Decreto N° 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio; Resolução N° 3, de 21 de novembro de 2018, que atualiza as diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Médio e define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Profissionalizante. Resolução CNE/CP N° 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, que define objetivos e orienta o oferecimento de cursos técnicos e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRO *Campus Jarú* - quinquênio 2023-2027.

7.2 Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico- raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena

O IFRO em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, no título que trata das Políticas para o Ensino Técnico de Nível Médio e de Graduação, faz menção às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP N° 8/2012, que originou a Resolução CP/CNE N° 1, de 30 de maio de 2012 e também as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e Indígena, conforme o disposto na Lei N° 11.645, de 10 de março de 2008, na Resolução CNE/CP N° 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei N° 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

7.3 Diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos

Em concordância com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP N° 8/2012, que originou a Resolução CNE/CP N°1/2012, a abordagem das temáticas relacionadas dos Direitos



Humanos, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social.

Nos cursos do IFRO, os direitos humanos já figuram como disciplinas obrigatórias e optativas e como conteúdo de disciplinas que tratam de questões humanas e sociais.



8 REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. **Lei Nº 9.394/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. **Lei Nº 10.098/2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. **Lei Nº 11.534/2007**. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-11534-2007_86331.html. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. **Lei Nº 11.788/2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 [...] Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. **Lei Nº 11.892/2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11892-29-dezembro-2008-585085-publicacaooriginal-108020-pl.html>. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. **Lei Nº 12.764/2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296/2004**. Regulamenta as Leis Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em:



https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. **Decreto Nº 7.611/2011**. Dispõe sobre educação especial, o atendimento educacional especializado dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos para a edição mais recente (CNCT)**, [2021]. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/>. Acesso em: 28 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CEB/CNE Nº 39/2004**. Aplicação do Decreto Nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, 8 dez. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Nº 3.284/2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, DF: Ministério da Educação, 7 nov. 2003. Disponível em: <http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/portaria-no-3284-de-7-de-novembro-de-2003-acessibilidade#:~:text=Resumo%3A,e%20de%20credenciamento%20de%20institui%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. **Resolução Nº 2/2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, 30 jan. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9917-rceb002-12-1&Itemid=30192. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CP nº 1/ 2021**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Ensino Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, 5 jan. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 20 maio 2024.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA NO BRASIL. **Vegetação nativa preservada ocupa 61 da área do Brasil, diz Embrapa**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/noticias/vegetacao-nativa-preservada-ocupa-61-da-area-do-brasil-diz-embrapa#:~:text=Vegeta%C3%A7%C3%A3o%20nativa%20preservada%20ocupa%2061%25%20da%20%C3%A1rea%20do%20brasil%2C%20diz%20Embrapa,-2%20de%20fevereiro&text=O%20n%C3%BAmero%20foi%20apresentado%20na,Po r%C3%A3%2C%20Mato%20Grosso%20do%20Sul>. Acesso em: 20 maio 2024.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estados - Rondônia – Síntese**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/jaru/panorama>. Acesso em: 20 maio 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2023 – 2027**. Porto Velho: IFRO, 2024. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/consup-nav/resolucoes/2024/14516-resolucao-consup-ifro-n-1-de-5-de-janeiro-de-2024>. Acesso em: 28 maio 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Portaria Nº 551/REIT-CGAB/IFRO/2017**. Institui o Processo de Escolha de Coordenadores de Cursos Técnicos de Nível Médio, Cursos de Graduação e de Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2017. Disponível em: https://sei.ifro.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=5331&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 20 maio 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Resolução Nº 11/CONSUP/IFRO/2017**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos Técnicos de Nível Médio e dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Porto Velho: IFRO, 2017. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/consup-nav/resolucoes/2017/8871-resolucao-n-11-consup-ifro-de-09-de-fevereiro-de-2017>. Acesso em: 20 maio 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Resolução Nº 23/CONSUP/IFRO/2018**. Dispõe sobre a organização e regulamentação dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2024. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/consup-nav/resolucoes/2018/8505-resolucao-n-23-consup-ifro-de-26-de-marco-de-2018>. Acesso em: 20 maio 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Resolução Nº 24/CONSUP/IFRO/2023**. Dispõe sobre o Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2023. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/consup-nav/resolucoes/2023/14506-resolucao-consup-ifro-n-24-de-26-de-maio-de-2023>. Acesso em: 28 maio 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Resolução Nº 62/CONSUP/IFRO/2018**. Regimento Interno do *Campus* Jaru. Porto Velho: IFRO, 2018. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/consup-nav/resolucoes/2018/8552-resolucao-n-62-consup-ifro-de-06-de-agosto-de-2018>. Acesso em: 20 maio 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Resolução Nº 079/CONSUP/IFRO/2016**. Regulamento de Estágio nos Cursos



Técnicos de Nível Médio. Porto Velho: IFRO, 2016. Disponível em:
<https://portal.ifro.edu.br/consup-nav/resolucoes/2016/8838-resolucao-n-79-consup-ifro-de-27-de-dezembro-de-2016>. Acesso em: 20 maio 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Resolução Nº 88/CONSUP/IFRO/2016**. Dispõe sobre o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Porto Velho: IFRO, 2016. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/consup-nav/resolucoes/2016/8847-resolucao-n-88-consup-ifro-de-26-de-dezembro-de-2016>. Acesso em: 20 maio 2024.

MATIAS, Francisco. A História de Rondônia. Disponível em:
<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAFUEAG/a-historia-rondonia>. Acesso em: 20 ago. 2022.

PALITOT, Aleks. A Colonização de Rondônia, terras de pioneiros. **Trilhando a História**, Porto Velho, 30 nov. 2015. Disponível em:
<https://alekspalitot.blogspot.com/2015/11/a-colonizacao-de-rondonia-terras-de.html>. Acesso em: 20 maio 2024.

PALITOT, Aleks. Jaru: terra de gigantes. **Trilhando a História**, Porto Velho, 27 jan. 2016. Disponível em: <https://alekspalitot.blogspot.com/2015/11/a-colonizacao-de-rondonia-terras-de.html>. Acesso em: 20 maio 2024.



9 APÊNDICE: PLANOS DE DISCIPLINAS

PRIMEIRO SEMESTRE

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio			
Disciplina: Português Instrumental			
CH Teórica: 60 h/a	CH Teórica:	CH Total: 60 h/a	Código:
Objetivo Geral:			
Desenvolver a capacidade de leitura crítica, interpretação e escrita de textos de diferentes gêneros em Língua Portuguesa, ampliando o repertório cultural, literário e idiomático do aluno.			
Objetivos Específicos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Conscientizar os alunos sobre a importância do domínio da norma culta e das variações linguísticas como instrumento de comunicação e manifestação da cultura; • Desenvolver a capacidade de leitura como fonte de conhecimento, cultura e ampliação das formas de pensamento e raciocínio, incentivando o aluno a assumir uma postura crítica e consciente diante dos textos; • Aprimorar a capacidade do aluno de ler, interpretar e escrever textos na forma padrão da língua portuguesa. 			
Ementa:			
Elementos da comunicação. Funções da linguagem. Leitura, compreensão e interpretação textual. Redação Comercial. Redação científica. Ortografia. Crase. Pontuação. Concordância. Regência			
Referências básicas:			
BECHARA, Evanildo. Gramática escolar da língua portuguesa . 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.			
CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. Gramática reflexiva: texto, semântica e interação . São Paulo: Saraiva, 2009.			
TERCIOTTI, S.H. Português na prática . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.			
Referências complementares:			
BLIKSTEIN, I. Técnicas de comunicação escrita . 22. ed. São Paulo: Ática, 2006.			
FARACO, C. E.; TEZZA, C. Oficina de texto . Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio			
Disciplina: Matemática Aplicada			
CH Teórica: 40 h/a	CH Prática: 20 h/a	CH Total: 60 h/a	Código:
Objetivo Geral:			



Possibilitar que os alunos do curso de Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio consigam desenvolver o conhecimento matemático, ainda que dos assuntos básicos, de maneira que possam ser bem explorados na resolução de problemas do cotidiano, de preferência relacionados à área de atuação. Além disso, que possa haver condições de organizar e descrever conjuntos de dados estatísticos voltados para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas para a prevenção de acidentes.

Objetivos Específicos

- Resolver operações de adição, subtração, multiplicação e divisão com números naturais e inteiros;
- Compreender os conceitos que envolvem o assunto de frações;
- Simplificar frações, representar números decimais em frações e representar frações em números decimais;
- Resolver operações de adição, subtração, multiplicação e divisão com números racionais, na forma decimal e na forma de fração;
- Compreender e saber realizar arredondamento de números decimais;
- Resolver questões de potenciação e radiciação;
- Resolver operações de adição, subtração, multiplicação e divisão com números irracionais;
- Resolver expressões numéricas envolvendo números reais;
- Compreender os conceitos de razão e proporção;
- Compreender e saber aplicar as técnicas de regra de três simples e regra de três composta para grandezas diretamente e inversamente proporcionais;
- Compreender o conceito de porcentagem, além de empregar os conhecimentos adquiridos na resolução de problemas;
- Definir, transformar e reconhecer as medidas mais utilizadas no cotidiano e na área de Segurança do Trabalho;
- Conhecer as noções básicas de estatística, assim como os conceitos relacionados;
- Aplicar os conhecimentos de estatística para analisar pesquisas em geral, principalmente voltadas para a área de Segurança do Trabalho.

Ementa:

Operações básicas envolvendo números reais. Potenciação. Radiciação. Expressões numéricas. Razão e proporção. Regra de três simples e composta. Porcentagem. Unidades de medida. Noções de estatística. Estatística básica.

Referências Básicas:

CRESPO, A. A. **Estatística Fácil**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GIOVANNI, J. R.; BONJORNO, J. R.; JUNIOR, J. R. G. **Matemática fundamental**: uma nova abordagem. São Paulo: FTD, 2002.

IEZZI, G.; MURAKAMI, C. **Fundamentos de matemática elementar**: Conjuntos e Funções. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013. v. 1

Referências Complementares:

BUSSAB, Wilton O.; MORETTIN, Pedro A. **Estatística básica**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática**: Contextos e aplicações. São Paulo: Ática, 2013.

IEZZI, G., Dolce O.; DEGENSZAJN, D.; PÉRIGO R.; ALMEIDA N. **Matemática Ciência e Aplicações**. 6. ed. v. I, II e III. São Paulo: Saraiva, 2014.

MAGALHÃES, Marcos N.; LIMA, Antonio C. P. **Noções de probabilidade e estatística**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2005.



PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio			
Disciplina: Informática Aplicada			
CH Teórica: 20 h/a	CH Prática: 20 h/a	CH Total: 40 h/a	Código: -
Objetivo Geral:			
Capacitar o aluno para reconhecer o momento de integrar a informática ao seu meio profissional, a fim de lhe oferecer facilidades e controles que possam aumentar a sua produtividade no mundo do trabalho.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> ● Conhecer os conceitos básicos de informática ● Usar o Sistema Operacional; ● Manipular softwares utilitários; ● Preparar documentos com editor de texto; ● Desenvolver apresentações; ● Preparar planilhas eletrônicas; ● Apontar os recursos de rede; ● Usar a Internet. 			
Ementa:			
Conceitos básicos de informática. <i>Internet: e-mail</i> , Ambiente virtual de Aprendizagem. Formatação de trabalhos acadêmicos com o uso de editor de texto. <i>Software</i> de apresentação (<i>PowerPoint, Impress</i> e <i>Apresentações Google</i>). Formatação e impressão de planilhas eletrônicas. Conceitos de segurança da informação (<i>Backup</i> e cópia de segurança).			
Referências Básicas:			
COX, Joyce; LAMBERT, Joan. Microsoft Word 2013 : Série Passo a Passo. Porto Alegre: Bookman, 2014.			
LAMBERT, Steve; LAMBERT, Joan. Microsoft Windows 10 : Série Passo a Passo. Porto Alegre: Bookman, 2016.			
MANZANO, André Luiz N. G. Estudo Dirigido de Microsoft Excel 2013 . São Paulo: Érica, 2013.			
VELLOSO, Fernando de Castro. Informática : conceitos básicos. 10. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.			
Referências Complementares:			
MANZANO, André Luiz N. G. Estudo Dirigido de Microsoft Power Point 2013 . São Paulo: Érica, 2013.			
MARTELLI, Richard. Office 2016 Para Aprendizagem Comercial . São Paulo: Senac, 2016.			
SILVA, Mario Gomes da. Informática - Terminologia - Microsoft Windows 8 - Internet - Segurança - Microsoft Word 2013 - Microsoft Excel 2013 - Microsoft PowerPoint 2013 - Microsoft Access 2013 . 1. ed. São Paulo: Érica, 2013.			

PLANO DA DISCIPLINA



Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio			
Disciplina: Higiene e Saúde Ocupacional I			
CH Teórica: 40 h/a	CH Prática: 20 h/a	CH Total: 60 h/a	Código:
Objetivo Geral:			
Apresentar os principais conceitos em Higiene do Trabalho, e sua contribuição da análise dos agentes no ambiente, compreendendo as medidas de prevenção e controle destes agentes.			
Objetivos Específicos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a origem da Higiene Ocupacional em nível mundial e nacional; • Reconhecer, avaliar e estabelecer medidas de controle dos riscos existentes no ambiente de trabalho; • Conhecer a instrumentação utilizada na Higiene Ocupacional; • Criar mecanismo para antecipação de riscos para metodologia de produção e o ingresso de novas tecnologias na empresa. 			
Ementa:			
Introdução à Higiene Ocupacional – Aspectos históricos e conceitos. Classificação e reconhecimento dos riscos. NR 15 - Atividades e Operações Insalubres. Agentes Físicos: ruído, vibração, calor, frio, radiações ionizantes, radiações não ionizantes e pressões anormais. Conceitos e parâmetros dos agentes físicos, efeitos no organismo, limites de tolerância, medidas de controle e mitigação dos riscos. Avaliações qualitativas e quantitativas: tipos e metodologias adotados pela NR 15, NHOs e ACGIH. Agentes Biológicos (Considerações gerais, limites de tolerância, métodos de coleta e medidas de controle). Doenças ocupacionais conceitos, tipos e prevenção dessas doenças ocasionados pelos riscos físicos e biológicos.			
Referências básicas:			
CAMISASSA, Mara Queiroga. Segurança e saúde no trabalho: NRs 1 a 37 comentadas e descomplicadas. Barueri, SP: Método, 2022.			
MATTOS, Ubirajara; MÁSCULO, Francisco. Higiene e segurança do trabalho. 2. ed. Barueri, SP: LTC, 2019.			
SALIBA, Tuffi Messias; DE FREITAS LANZA, Maria Beatriz. Curso básico de segurança e higiene ocupacional. São Paulo: LTr, 2018.			
Referências complementares:			
ALMEIDA, Audennille Marinho D. Higiene do trabalho II. São Paulo: Saraiva, 2021.			
BREVIGLIERO, Ezio; POSSEBON, José; SPINELLI, Robson. Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos. São Paulo: Senac, 2020.			
GONÇALVES, I. C.; GONÇALVES, D. C.; GONÇALVES, Edwar Abreu. Manual de Segurança e Saúde no Trabalho. São Paulo: LTr Editora, 2018.			
VENDRAME, Antônio Carlos. Agentes Químicos: reconhecimento, avaliação e controle na higiene ocupacional. São Paulo: Ed. do Autor, 2007.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio			
Disciplina: Segurança do Trabalho I			
CH Teórica: 50 h/a	CH Prática: 10 h/a	CH Total: 60 h/a	Código:



Objetivo Geral:
Proporcionar aos alunos conhecimentos sobre os conceitos básicos da segurança do trabalho e seus objetivos, discutindo ainda os erros inerentes à atividade de segurança no campo de trabalho, além de orientar sobre prevenção contra acidentes e doenças do trabalho.
Objetivos Específicos
<ul style="list-style-type: none">• Analisar a evolução e importância da Segurança do Trabalho nos ambientes laborais.• Identificar as situações de risco à saúde causadas pela atividade laboral e as medidas de preventivas;• Compreender os conceitos, causas e consequências dos acidentes de trabalho.
Ementa:
A Evolução da Segurança do Trabalho (Da Industrialização até os dias atuais); Noções fundamentais sobre segurança do trabalho; Riscos Ocupacionais; Acidentes e doenças ocupacionais: conceitos, causas, fatores, custos, aspectos sociais e econômicos; Análise de acidentes do trabalho; Estudo das estatísticas de acidentes do trabalho; Comunicação de Acidentes do Trabalho (CAT).
Referências Básicas:
MATTOS, Ubirajara; MÁSCULO, Francisco. Higiene segurança do trabalho . 2. ed. Barueri, SP: LTC, 2019. PAOLESCHI, Bruno. CIPA - Guia Prático de Segurança do Trabalho . São Paulo: Saraiva, 2009. SALIBA, Tuffi Messias; LANZA, Maria Beatriz de Freitas. Curso básico de segurança e higiene ocupacional . São Paulo: LTr Editora, 2018.
Referências Complementares:
ATLAS, Equipe. Manuais de legislação Segurança e Medicina do Trabalho . São Paulo: Atlas, 2013. AYRES, Dennis de Oliveira; CORRÊA, José Aldo Peixoto. Manual de prevenção de acidentes do trabalho: aspectos técnicos e legais . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. CAMISSASSA, Mara Queiroga. Segurança e saúde no trabalho: NRs 1 a 37 comentadas e descomplicadas . Barueri, SP: Método, 2022. GONÇALVES, I. C.; GONÇALVES, D. C.; GONÇALVES, Edwar Abreu. Manual de Segurança e Saúde no Trabalho . São Paulo: LTr Editora, 2018. ROJAS, Pablo R. A. Técnico em segurança do trabalho (Tekne) . Porto Alegre: Bookman, 2015.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio			
Disciplina: Desenho Técnico I			
CH Teórica: 20 h/a	CH Prática: 20 h/a	CH Total: 40 h/a	Código:
Objetivo Geral:			



Proporcionar ao aluno o conhecimento dos elementos básicos do desenho técnico aplicado a segurança do trabalho e subsidiar ensino de desenho assistido por computador.
Objetivos Específicos
<ul style="list-style-type: none"> • Usar corretamente as ferramentas e instrumentos do desenho; • Aplicar as convenções e normas do desenho técnico; • Representar esquemas gráficos; • Ler e Interpretar desenhos relativos a projetos arquitetônicos, de segurança e afins, tendo como foco o ambiente de trabalho.
Ementa:
Introdução ao Desenho técnico; Instrumentos Gráficos e seu uso; Formatos e Dobramento de Pranchas; Caligrafia Técnica; Normas Técnicas da ABNT; Formas de visualização: Perspectivas e Vistas ortogonais; Cotas; Escalas; Desenho Arquitetônico; Noções de Projeto Arquitetônico.
Referências Básicas:
FRENCH, Thomas E.; VIERCK, Charles J. Desenho Técnico e Tecnologia Gráfica . São Paulo: Editora Globo, 2011.
MONTENEGRO, Gildo A. Desenho Arquitetônico . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2001.
SILVA, A.; DIAS, J.; SOUSA, L. Desenho Técnico Moderno . Lisboa: Lidel, 2006.
Referências Complementares:
ALBIERO, S. Desenho Técnico Fundamental . São Paulo: EPU, 2006.
BAPTISTA, F. P; MICELI, M. T. Desenho Técnico Básico . 3. ed. São Paulo: do Livro Técnico, 2001.
LEAKE, James M.; BORGERSON, Jacob L. Manual de Desenho Técnico para Engenharia - Desenho, Modelagem e Visualização . São Paulo: LTC, 2015.
RIBEIRO, Milton. Planejamento Visual Gráfico . Brasília, DF: LGE, 2005.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio			
Disciplina: Legislação Aplicada à Segurança e Saúde do Trabalho			
CH Teórica: 30 h/a	CH Prática: 10 h/a	CH Total: 40 h/a	Código:
Objetivo Geral:			
Propiciar a adequada assimilação de conhecimentos jurídicos específicos de Segurança e Saúde no Trabalho e necessários para o desenvolvimento de habilidades e capacidade crítica em relação à ciência do Direito.			
Objetivos Específicos			



- Compreender a hierarquia da legislação e sua jurisdição;
- Apresentar noções de direito constitucional, do trabalho e previdenciário;
- Fornecer o conhecimento necessário em relação à legislação trabalhista para o desempenho da função do técnico de segurança no trabalho.

Ementa:

Conceitos básicos de legislação (lei, decreto, portaria) e a hierarquia das leis; Convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT); Direito Constitucional; CLT; Direito Previdenciário; Definição das atribuições do Técnico de Segurança do Trabalho; Aspectos jurídicos das Normas Regulamentadoras 01, 03 e 28; Instruções e Ordens de Serviço.

Referências Básicas:

CAMISASSA, Mara Queiroga. **Segurança e saúde no trabalho: NRs 1 a 37 comentadas e descomplicadas**. Barueri, SP: Método, 2022.

GONÇALVES, Danielle Carvalho; GONÇALVES, Isabelle Carvalho; GONÇALVES, Edwar Abreu. **Manual de segurança e saúde no trabalho**. 6. ed. São Paulo: LTr Editora, 2015.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador**. 6. ed. São Paulo: LTr Editora, 2011.

Referências Complementares:

BARSANO, Paulo Roberto. **Legislação Aplicada À Segurança do Trabalho**. São Paulo: Érica, 2014. (Série Eixos)

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional**. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2022.

SALIBA, Tuffi Messias; PAGANO, Sofia C. Reis Saliba. **Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador**. 14. ed. São Paulo: LTr Editora, 2022.

SEGUNDO SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio			
Disciplina: Orientação para Prática Profissional e Pesquisa			
CH Teórica: 40 h/a	CH Prática:	CH Total: 40 h/a	Código:
Objetivo Geral:			
Compreender e aplicar normas de metodologia científica em trabalhos acadêmicos e instruções de prática profissional na realização de estágio e pesquisa.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar a metodologia de pesquisa; • Ilustrar os princípios de Metodologia Científica; • Aplicar as normas científicas para apresentar trabalhos e textos acadêmicos; 			



- Relacionar os elementos do estágio e sua operacionalização;
- Usar o conhecimento para a elaboração de textos técnicos e científicos.

Ementa:

Pesquisa científica. Redação técnica e científica. Estrutura de projetos de pesquisa e de extensão. Elaboração de relatórios. Elaboração de artigos científicos. Exposição de resultados de pesquisa e de práticas profissionais. Elaboração de trabalho de curso segundo as normas da ABNT. Concepção de estágio. Operacionalização do estágio.

Referências Básicas:

HORIUCHI, A.; AGLINSKAS, R. da C. **Guia de normalização para apresentação de trabalhos acadêmicos da Universidade Paulista**: ABNT. São Paulo: Universidade Paulista, 2018.

ISKANDAR, J. I. **Normas da ABNT**: comentadas para trabalhos científicos. Paraná: Juruá, 2012.

LAKATOS, M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, J. L. de. **Texto acadêmico**: técnicas de redação e pesquisa científica. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

Referências Complementares:

AZEVEDO, C. B. **Metodologia científica ao alcance de todos**. São Paulo: Manole, 2013.

BRASIL. **Lei Nº 11.788/2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 [...] Brasília, DF 2008.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; e SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MONLEVADE, João Antonio Cabral. **Orientações para a Prática Profissional Supervisionada**. Cuiabá: UFMT, 2014.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio

Disciplina: Desenho Técnico II

CH Teórica: 20 h/a

CH Prática: 40 h/a

CH Total: 60 h/a

Código:

Objetivo Geral:

Instrumentar o discente para leitura, interpretação e execução do desenho técnico assistido por computador, aplicado às atividades do Técnico em Segurança do Trabalho.

Objetivos Específicos



<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar o software AutoCAD com aplicações básicas nas mais diversas áreas de desenho (arquitetônico, projetos de incêndio e pânico, mapa de risco, etc); • Utilizar as ferramentas básicas do software (desenho, edição, configuração e formatação). • Fornecer o conhecimento necessário para a interpretação e execução dos projetos ligados à área de segurança do trabalho;
Ementa:
Introdução ao software AutoCAD; Ferramentas do software; Visualização de desenhos; Criação e edição de objetos; Propriedades dos objetos; Hachuras; Cotas; Textos; Blocos; Configuração de linhas e layout de impressão; Ferramentas de Impressão; Elaboração de desenhos/projetos aplicados a segurança do trabalho.
Referências Básicas:
GORLA, Grasielle C. S. L. Autocad 2020 : Guia completo para iniciantes. Curitiba: CRV, 2021.
LIMA, Cláudia C. N. A. Estudo dirigido de AutoCAD 2014 . São Paulo: Érica, 2013.
SILVA, A.; DIAS, J.; SOUSA, L. Desenho Técnico Moderno . Lisboa: Lidel, 2006.
Referências Complementares:
LEAKE, James M.; BORGERSON, Jacob L. Manual de Desenho Técnico para Engenharia : Desenho, Modelagem e Visualização. São Paulo: LTC, 2015.
MONTENEGRO, Gildo A. Desenho Arquitetônico . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2001.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio			
Disciplina: Higiene e Saúde Ocupacional II			
CH Teórica: 50 h/a	CH Prática: 10 h/a	CH Total: 60 h/a	Código:
Objetivo Geral:			
Propiciar a formação de profissionais que atuem na análise dos ambientes de trabalho e na construção de políticas preventivas por meio de uma formação humanística, científica e tecnológica.			
Objetivos Específicos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e compreender os riscos ocupacionais bem como relacionar as possíveis doenças; • Compreender as principais causas de doenças do trabalho e meios de prevenção • Informar os trabalhadores sobre os efeitos resultantes à exposição de agentes agressivos; • Realizar avaliação qualitativa e quantitativa dos riscos; • Mensurar o impacto de uma nova tecnologia num processo de trabalho. 			
Ementa:			
Introdução à medicina do trabalho: conceitos, históricos, objetivos. Agentes Químicos (Conceitos e definições, avaliação de particulados, gases e vapores, limites de tolerância da ACGIH e NR 15, estratégia de amostragem dos principais agentes). Vias de penetração e efeitos no organismo ocasionados pela exposição a agentes químicos acima dos limites de tolerância. Doenças ocupacionais: conceitos e tipos, e prevenção. Estabelecimento do nexo causal da doença com o trabalho. Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos - NR 09; Atividades e Operações Perigosas e NR 16; Programas de imunização; Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde e NR 32; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e NR 07.			



Referências básicas:
CAMISSASSA, Mara Queiroga. Segurança e saúde no trabalho: NRs 1 a 37 comentadas e descomplicadas. Barueri, SP: Método, 2022.
MATTOS, Ubirajara; MÁSCULO, Francisco. Higiene e segurança do trabalho. 2. ed. Barueri, SP: LTC, 2019.
SALIBA, Tuffi Messias; DE FREITAS LANZA, Maria Beatriz. Curso básico de segurança e higiene ocupacional. São Paulo: LTr Editora, 2018.
Referências complementares:
BRASIL. Ministério da Saúde. Risco Químico: atenção à saúde dos trabalhadores expostos ao benzeno. Brasília, DF, 2006.
BURGESS, William. Identificação de possíveis riscos à saúde do trabalhador nos diversos processos industriais. Belo Horizonte: Ergo, 1997.
LEITE, Edna M. A.; SIQUEIRA, Maria E. P. B.; COUTO, Hudson A. Monitorização biológica de trabalhadores expostos a substâncias químicas. Belo Horizonte: Ergo, 1992.
MONTEIRO, A. L.; BERTAGNI, R. F. S. Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais. São Paulo: Saraiva, 2004.
SILVA, M. G. C. Saúde Ocupacional: Autoavaliação e Revisão. São Paulo: Atheneu, 1999.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio			
Disciplina: Ética Profissional e Cidadania			
CH Teórica: 40 h/a	CH Prática: -	CH Total: 40 h/a	Código:
Objetivo Geral:			
Possibilitar o conhecimento dos principais aspectos dos conceitos de Ética Profissional e Cidadania, a partir de uma reflexão a respeito da importância do comportamento ético para o exercício da cidadania e ações sustentáveis nas relações de trabalho.			
Objetivos Específicos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Enumerar os conceitos sobre valores, moral e ética; • Analisar sobre a importância de um comportamento ético e da responsabilidade social; • Decodificar a ética profissional como exemplo de ética aplicada ao mundo do trabalho; • Combinar a conduta ética ao respeito à diversidade cultural, direitos humanos e políticas de igualdade. 			
Ementa:			
Fundamentos da Ética. O significado de seus valores e as implicações éticas–políticas do trabalho. Relações éticas para a diversidade. Ecoética e Sustentabilidade. O debate ético na contemporaneidade: cidadania e direitos humanos no Brasil, políticas de igualdade de oportunidades, acesso aos bens sociais e culturais, posturas e valores quanto às relações étnico-raciais e responsabilidade social.			
Referências básicas:			
BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. São Paulo: Campus, 2004.			
CARVALHO, José; SANCHEZ VASQUEZ, Adolfo. Ética. 34. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.			



NEGREIRO, Davys Sleman de. **Ética profissional e cidadania**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2013.

Referências complementares:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: O Longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2005.

GALLO, Silvio. **Ética e cidadania**: caminhos da filosofia. São Paulo: Papyrus, 2005.

SIDEKUM, Antonio. **Ética e Alteridade**: a subjetividade ferida. Porto Alegre: Unisinos, 2002.

SILVA, M. G. C. **Saúde Ocupacional**: Autoavaliação e Revisão. São Paulo: Atheneu, 1999.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio

Disciplina: Processos Industriais I

CH Teórica: 30 h/a

CH Prática: 10 h/a

CH Total: 40 h/a

Código:

Objetivo Geral:

Conhecer as tecnologias e condições de trabalho nos processos de produção, propondo procedimentos de segurança e saúde no ambiente de trabalho.

Objetivos Específicos

- Conhecer os ambientes industriais e os processos de fabricação.
- Identificar os riscos gerados pelo uso de máquinas e equipamentos e planejar a adoção de medidas preventivas

Ementa:

Ambiente industrial; Processos de fabricação; Processos de soldagem, usinagem, fundição e tratamentos térmicos; Arranjo físico; Ventilação industrial; Proteção de máquinas e equipamentos e NR – 12.

Referências Básicas:

CAMPOS, Armando; TAVARES, José da Cunha; LIMA, Valter. **Prevenção e Controle de Risco em Máquinas, Equipamentos e Instalações**. 7. ed. São Paulo: SENAC, 2015.

FRANCHI, Claiton Moro. **Controle de Processos Industriais**: Princípios e Aplicações. São Paulo: Érica, 2011.

SANTOS JÚNIOR, Joubert Rodrigues dos; ZANGIROLAMI, Márcio J. **NR-12 - Segurança Em Máquinas e Equipamentos**: conceitos e aplicações. 2. ed. São Paulo: Érica, 2020.

Referências Complementares:



CAMISASSA, Mara Queiroga. **Segurança e saúde no trabalho**: NRs 1 a 37 comentadas e descomplicadas. Barueri, SP: Método, 2022.

DRAGONI, José Fausto. **Proteção de máquinas, equipamentos, mecanismos e cadeado de segurança**. São Paulo: Ltr Editora, 2011.

MATTOS, Ubirajara; MÁSCULO, Francisco. **Higiene e segurança do trabalho**. 2. ed. Barueri, SP: LTC, 2019.

SALIBA, Tuffi Messias; DE FREITAS LANZA, Maria Beatriz. **Curso básico de segurança e higiene ocupacional**. São Paulo: LTr Editora, 2018.

SHERIQUE, Jaques. **NR-12 - Passo a passo para implantação**. 2. ed. São Paulo: LTr Editora, 2016.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho I Subsequente ao Ensino Médio			
Disciplina: Prevenção e Combate a Sinistro I			
CH Teórica: 40 h/a	CH Prática: 20 h/a	CH Total: 60 h/a	Código:
Objetivo Geral:			
Apresentar as técnicas de prevenção e combate a incêndios através de demonstrações práticas e aulas teóricas sobre classificação do fogo e dos tipos de extintores corretos para cada tipo de ambiente, bem como promover a capacitação para a realização de inspeções dos aparelhos de combate a incêndio.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Propiciar o conhecimento sobre os componentes do fogo e seus métodos de extinção; • Desenvolver habilidades necessárias para a utilização de agentes extintores; • Compreender a importância do processo de inspeção dos componentes do sistema de combate a incêndios. 			
Ementa:			
O fogo e o incêndio; A combustão e seus elementos; Métodos de transmissão de calor; Classificação dos incêndios; Técnicas de prevenção e extinção do fogo; Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar referentes à Sinistro e Pânico; Equipamentos portáteis de combate a incêndio; Inspeção, manutenção e recarga de extintores de incêndio e normas técnicas aplicáveis.			
Referências Básicas:			
CAMILLO JR, Abel B. Manual de prevenção e combate a incêndios . 16. ed. São Paulo: SENAC, 2022.			
BRENTANO, Telmo. A proteção contra incêndio no projeto de edificações . 3. ed. Porto Alegre: Edição do autor, 2015			
LEAL, Paulo. Descomplicando a segurança do trabalho : Ferramentas para o dia a dia. 3. ed. São Paulo: LTr Editora, 2018.			
Referências Complementares:			



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12962:** Extintores de incêndio — Inspeção e manutenção. Rio de Janeiro, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12963:** Sistemas de proteção por extintores de incêndio. Rio de Janeiro, 2021.

AITA, José Carlos Lorentz; PEIXOTO, Nirvan Hofstadle. **Prevenção e Combate a Sinistros.** Santa Maria. Rede e-Tec, 2012.

CAMPOS, V. F. **Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia.** 9. ed. Nova Lima: Falconi Editora, 2013.

CARDELLA, B. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes:** uma abordagem holística. São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, Danielle Carvalho; GONÇALVES, Isabelle Carvalho; GONÇALVES, Edwar Abreu. **Manual de segurança e saúde no trabalho.** 6. ed. São Paulo: LTr Editora, 2015.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio

Disciplina: Segurança do Trabalho II

CH Teórica: 50 h/a

CH Prática: 10h/a

CH Total: 60 h/a

Código:

Objetivo Geral:

Capacitar o aluno para aplicação de medidas preventivas no ambiente de trabalho através do conhecimento dos aspectos técnicos e legais da segurança do trabalho.

Objetivos Específicos

- Conhecer, organizar e dimensionar SESMT e CIPA;
- Propor medidas de proteção, coletivas ou individuais (EPC e EPI);
- Analisar os ambientes de trabalho, inspecionando os riscos, higiene e segurança;
- Desenvolver habilidade de exposição visando a sensibilização quanto às questões de higiene e segurança.

Ementa:

Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho SESMT (NR 04); Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio - CIPA (NR 05) e Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho - SIPAT; Equipamento de Proteção Individual (EPI) (NR 06) e EPC Equipamento de Proteção Coletiva- EPC; Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho e NR 24, Trabalhos a Céu Aberto e NR 21; Segurança e Saúde Ocupacional na mineração (NR 22); Segurança e Saúde no trabalho portuário (NR 29); Segurança e Saúde no trabalho aquaviário (NR 30); Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção e reparação naval (NR 34);

Referências Básicas:



AYRES, Dennis de Oliveira; CORRÊA, José Aldo Peixoto. **Manual de prevenção de acidentes do trabalho**: aspectos técnicos e legais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CAMISASSA, Mara Queiroga. **Segurança e saúde no trabalho**: NRs 1 a 37 comentadas e descomplicadas. Barueri, SP Método, 2022.

PAOLESCHI, BRUNO. **CIPA**: guia prático de segurança do trabalho. São Paulo: Saraiva Educação, 2009.

Referências Complementares:

FREITAS, Luís Conceição. **Manual de segurança e saúde do trabalho**. Lisboa: Sílabo, 2016.

GONÇALVES, I. C.; GONÇALVES, D. C.; GONÇALVES, Edwar Abreu. **Manual de Segurança e Saúde no Trabalho**. São Paulo: LTr Editora, 2018.

MATTOS, Ubirajara; MÁSCULO, Francisco. **Higiene e segurança do trabalho**. 2. ed. Barueri, SP: LTC, 2019.

ROJAS, Pablo R. A. **Técnico em segurança do trabalho (Tekne)**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

SALIBA, Tuffi Messias; DE FREITAS LANZA, Maria Beatriz. **Curso básico de segurança e higiene ocupacional**. São Paulo: LTr Editora, 2018.

TERCEIRO SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio

Disciplina: Primeiros Socorros

CH Teórica: 20 h/a

CH Prática: 20 h/a

CH Total: 40 h/a

Código:

Objetivo Geral:

Sistematizar conhecimentos e habilidades voltados para prestação de suporte básico à vida em situações de urgências e emergências.

Objetivos Específicos

- Contribuir para a redução do número de acidentes em atividades da vida diária e do trabalho, bem como capacitar a comunidade acadêmica no atendimento a primeiros socorros em caso de acidentes;
- Esclarecer a comunidade acadêmica acerca dos procedimentos básicos de suporte à vida;
- Reconhecer situações de urgências e emergências, bem como, minimizar os riscos nesta situação.
- Conhecer as medidas de segurança para o socorrista, sua equipe e vítima.
- Reconhecer lesões com risco de vida já no exame primário.
- Desenvolver ações de primeiros socorros na preservação e manutenção da vida após traumas.

Ementa:



Introdução aos primeiros socorros; queimaduras; Hemorragias, ferimentos e contusões; Fraturas, Luxações e Entorses; Desmaios; Obstrução das vias aéreas por corpos estranhos; Intoxicação; acidentes com animais raivosos e peçonhentos; Ressuscitação cardiopulmonar; Mobilização e transporte de acidentados; Angina e Infartos; acidentes com múltiplas vítimas.

Referências Básicas:

BERGERON, J. D. *et al.* **Primeiros socorros**. São Paulo: Atheneu, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual de primeiros socorros**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2003.

VOLPATO, A.C.B.V.; SILVA E.S. **Primeiros Socorros**. São Paulo: Martinari, 2017.

Referências Complementares:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo de suporte básico de vida**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2001.

SOUZA, L. M. M. **Primeiros Socorros**: condutas técnicas. 2. ed. São Paulo: Érica, 2018.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio

Disciplina: Processos Industriais II

CH Teórica: 40 h/a

CH Prática:

CH Total: 40 h/a

Código:

Objetivo Geral:

Analisar os impactos das tecnologias nos processos de produção e sua relação com a segurança e saúde no ambiente de trabalho.

Objetivos Específicos

- Conhecer e identificar os riscos presentes nos ambientes industriais, bem como na instalação, funcionamento e operação de caldeiras e vasos de pressão, trabalhos com eletricidade.
- Identificar os riscos em espaços confinados e trabalho em altura.
- Elaborar documento de permissão de trabalho para condições de risco (PT e PET).

Ementa:

Instalações e serviços em eletricidade e NR – 10; Transporte, armazenagem e manuseio de materiais e NR – 11; Caldeiras e Vasos sob pressão e NR – 13; Fornos e NR – 14; Espaço Confinado, e NR – 33; Trabalho em altura e NR – 35; Permissão de Trabalho (PT) e Permissão de Entrada e Trabalho (PET).

Referências Básicas:



CAMISASSA, Mara Queiroga. **Segurança e saúde no trabalho: NRs 1 a 37 comentadas e descomplicadas**. Barueri, SP: Método, 2022.

CAMPOS, Armando, TAVARES, José da Cunha, LIMA, Valter. **Prevenção e controle de risco em máquinas, equipamentos e instalações**. 7. ed. São Paulo: SENAC, 2015.

SALIBA, Tuffi Messias; LANZA, Maria Beatriz de Freitas. **Curso básico de segurança e higiene ocupacional**. São Paulo: LTr Editora, 2018.

Referências Complementares:

EQUIPE ATLAS. **Manuais de legislação Segurança e Medicina do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2013.

BARROS, Benjamim Ferreira et al. **Nr-33 - Guia Prático de Análise e Aplicações: Norma Regulamentadora de Segurança em Espaços Confinados**. São Paulo: Érica, 2012.

CASTRO, Bruno Albuquerque D. **Segurança do trabalho em eletricidade**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2019.

GONÇALVES, I. C.; GONÇALVES, D. C.; GONÇALVES, Edwar Abreu. **Manual de Segurança e Saúde no Trabalho**. São Paulo: LTr Editora, 2018.

MATTOS, Ubirajara; MÁSCULO, Francisco. **Higiene e segurança do trabalho**. 2. ed. São Paulo: LTC, 2019.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio

Disciplina: Toxicologia Ocupacional

CH Teórica: 30 h/a

CH Prática: 10 h/a

CH Total: 40 h/a

Código:

Objetivo Geral:

Proporcionar elementos necessários para discutir os conceitos e princípios gerais da toxicologia, da exposição a agentes químicos, caracterização da cinética e dinâmica de alguns elementos químicos intoxicantes de interesse ocupacional, assim como os fatores que interferem na absorção dos agentes químicos nos seres humanos e a sua relação com o ambiente de trabalho.

Objetivos Específicos

- Conhecer os conceitos e princípios da toxicologia ocupacional e a sua epidemiologia;
- Reconhecer os principais agentes tóxicos e mecanismos de intoxicação relacionados;
- Conhecer e definir as diretrizes para elaboração de protocolos para o acompanhamento de populações expostas a substâncias químicas;
- Abstrair e gerir informações para veiculá-las à população em geral ou a segmentos da mesma, no sentido de cooperar, dentro da toxicologia, com sua educação e acesso a informação confiável.

Ementa:



Introdução ao estudo da toxicologia. Principais agentes tóxicos. Limites de Tolerância. Toxicocinética. Toxicodinâmica. Mecanismos de Detoxificação. Normas regulamentadoras ligadas à toxicologia. Estudo dos principais agentes tóxicos causadores de acidentes toxicológicos. Estudo da FISPQ.

Referências Básicas:

BUSCHINELLI, J. T. P. **Toxicologia Ocupacional**. São Paulo: Fundacentro, 2020.

CAMISASSA, Mara Queiroga. **Segurança e saúde no trabalho: NRs 1 a 37 comentadas e descomplicadas**. Barueri, SP: Método, 2022.

OGA, S.; CAMARGO, M. M. A.; BATISTUZZO, J. A. O. **Fundamentos de Toxicologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2021.

Referências Complementares:

ANDRADE FILHO, A.; CAMPOLINA, D.; DIAS, M. B. **Toxicologia na prática Clínica**. Belo Horizonte: Folium, 2001.

MICHEL, Oswaldo da Rocha. **Toxicologia Ocupacional**. Rio de Janeiro: Revintel, 2000.

MORAES, Márcia Vilma Gonçalvez D. **Doenças Ocupacionais: Agentes: Físico, Químico, Biológico, Ergonômico**: Saraiva, 2014.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio

Disciplina: Ergonomia

CH Teórica: 50 h/a

CH Prática: 10 h/a

CH Total: 60 h/a

Código:

Objetivo Geral:

Analisar o ambiente laboral e propor adequações ergonômicas visando o bem-estar físico e mental do trabalhador.

Objetivos Específicos

- Relacionar as capacidades físicas básicas, o conhecimento da estrutura e do funcionamento do corpo na atividade física e no controle de movimentos adaptando às suas necessidades e as do mundo do trabalho;
- Reconhecer os problemas de posturas inadequadas, dos movimentos repetitivos (LER e DORT), assim como as questões cognitivas e organizacionais a fim de evitar acidentes e adoecimento no ambiente de trabalho ocasionando a perda da produtividade e a queda na qualidade de vida;
- Analisar os aspectos ergonômicos no ambiente de trabalho, com aplicação da análise ergonômica do trabalho e dos aspectos legais.

Ementa:



Introdução à ergonomia e organização do trabalho: conceitos, históricos, objetivos. Estudo da ergonomia física, bem como posturas no ambiente de trabalho, movimentação de carga, biomecânica do movimento; Estudo da ergonomia cognitiva e estudo dos processos mentais no trabalho; Estudo da ergonomia organizacional e sua importância na organização do trabalho; Princípios da Psicologia no trabalho motivação, satisfação, liderança, conflito, estresse, trabalho em equipe, habilidades sociais e síndrome de Burnout. NR – 17 (ergonomia); Aspectos da AET (biomecânicos, fisiológicos, antropométricos, ambientais, psíquicos e organizacionais); Métodos e técnicas para uma análise ergonômica do trabalho;

Referências Básicas:

CORRÊA, Vanderlei Moares; BOLETTI, Rosane Rosner. **Ergonomia**: fundamentos e aplicações. Porto Alegre: Bookman, 2015.

DUL, Jan; WEERDMEESTER, Bernard. **Ergonomia Prática**. São Paulo: Blucher, 2011.

LIDA, Itiro. **Ergonomia**: projeto produção. São Paulo: 3. ed. Blucher, 2016.

Referências Complementares:

BRASIL. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana de Saúde no Brasil. **Doenças relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2001.

CASTILLO, J. J.; VILLENA, J. **Ergonomia**: Conceitos e Métodos. Lisboa: Dinalivros, 2005.

COUTO, Hudson de Araújo; COUTO, Dennis Carvalho. **Ergonomia 4**: dos conceitos básicos à 4ª revolução industrial. Belo Horizonte: Ergo, 2020.

FUNDACENTRO. **Pontos de verificação ergonômica**: Soluções práticas e de fácil aplicação para melhorar a segurança, a saúde e as condições de trabalho. São Paulo: Fundacentro, 2011.

MONT'ALVÃO, Claudia; FIGUEIREDO, Fabiana. **Ginástica Laboral e Ergonomia**. São Paulo: Sprint, 2005.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio

Disciplina: Segurança do Trabalho III

CH Teórica: 40h/a

CH Prática: 20h/a

CH Total: 60h/a

Código:

Objetivo Geral:

Conhecer os planos e programas em Saúde e Segurança do Trabalho (SST), avaliando e implementando-os no ambiente laboral nas ações de Saúde e Segurança do Trabalho;

Objetivos Específicos

- Conhecer os principais Programas de Gestão da Segurança do Trabalho.
- Assessorar no cumprimento das políticas de SST.
- Elaborar e acompanhar os principais programas de segurança e saúde do trabalho.

Ementa:



Conhecer as programas e documentos relacionados Saúde e Segurança do Trabalho (SST); Programa de Proteção Respiratória (PPR); Programa de Conservação Auditiva (PCA). e-social; Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT; Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP; Ordem de serviço (OS); DDS – Diálogo Diário de Segurança; Programa de Controle de Artrópodes e Roedores; Programa de Gerenciamento de Resíduos de Saúde; Estudo e elaboração de LTR - Liberação de Trabalho de Risco; Estudo e Elaboração de POP - Procedimento Operacional Padrão; Gestão de documentos de segurança do trabalho (inspeções, capacitação/ treinamentos, ordem de serviço, registro Sesmt e Cipa, ASO, dentre outros).

Referências Básicas:

CAMISASSA, Mara Queiroga. **Segurança e saúde no trabalho: NRs 1 a 37 comentadas e descomplicadas**. Barueri, SP: Método, 2022.

FREITAS, Luís Conceição. **Manual de segurança e saúde do trabalho**. Lisboa: Sílabo, 2016.

GONÇALVES, I. C.; GONÇALVES, D. C.; GONÇALVES, Edwar Abreu. **Manual de Segurança e Saúde no Trabalho**. São Paulo: LTr Editora, 2018.

Referências Complementares:

EQUIPE ATLAS. **Manuais de legislação Segurança e Medicina do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, Uanderson Rébula. **Perfil Profissiográfico (ppp), Laudo Técnico (Itcat) e Aposentadoria Especial**. Joinville: Clube de Autores, 2017.

SCALDELAI, Aparecida Valdinéia et al. **Manual prático de saúde e segurança do trabalho**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Yendis, 2012.

SHERIQUE, Jaques. **Aprenda como fazer: PPP - RAT/FAP - PPRA/NR-9 - PPRA-DA (INSS) - PPRA/NR-32 - PCMAT - PGR - LTCAT - Laudos Técnicos - Custeio Da Aposentadoria Especial – GFIP**. 7. ed. São Paulo: LTr Editora, 2015.

SALIBA, Tuffi Messias; DE FREITAS LANZA, Maria Beatriz. **Curso básico de segurança e higiene ocupacional**. São Paulo: LTr Editora, 2018.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio

Disciplina: Relações humanas no trabalho

CH Teórica: 40 h/a

CH Prática: 20 h/a

CH Total: 60 h/a

Código:

Objetivo Geral:

Compreender a evolução das relações interpessoais, sensibilizando para um posicionamento crítico e reflexivo do papel do indivíduo na sociedade voltada para o mundo do trabalho, além da compreensão dos fundamentos e processos básicos do comportamento humano no contexto organizacional em seus aspectos técnicos.

Objetivos Específicos



- Compreender as variáveis que interferem nas relações interpessoais e no estabelecimento de relações saudáveis e produtivas nas organizações;
- Capacitar as pessoas a atuarem nas equipes de trabalho com habilidade, competência e atitudes éticas;
- Desenvolver as habilidades sociais de forma a contribuir para a humanização no trabalho;
- Proporcionar aos alunos a identificação de seus próprios comportamentos e reflexão do seu trabalho a nível pessoal e grupal;
- Compreender princípios de comunicação, motivação, liderança, dinâmicas interpessoais e qualidade de vida no trabalho;
- Desenvolver as habilidades sociais de forma a contribuir para a humanização no trabalho.

Ementa:

Abordagem das relações interpessoais nas organizações, abrangendo as relações humanas como teoria, no trabalho e entre grupos. Cultura e clima organizacional. As relações humanas no contexto das organizações. Comunicação, motivação, liderança, dinâmicas interpessoais e qualidade de vida no trabalho.

Referências Básicas:

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos: fundamentos básicos**. Barueri, SP: Manole, 2016.

CRIVELARO, R.; TAKAMORI, J. T. **Dinâmica das Relações Interpessoais**. 2. ed. São Paulo: Alínea, 2011.

MOTA, M. C. Z. **Psicologia aplicada em segurança do trabalho**. São Paulo: LTR, 2012.

Referências Complementares:

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Coimbra: Almedina, 2013.

CAROSELLI, M. **Relações pessoais no trabalho**. São Paulo: Senac, 2012.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. (org.). **Psicologia das habilidades sociais: diversidade teórica e suas implicações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FREI BETTO; CORTELLA, MS. **Sobre a Esperança, diálogo**. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (org.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio

Disciplina: Prevenção e Combate a Sinistro II

CH Teórica: 40 h/a

CH Prática: 20 h/a

CH Total: 60 h/a

Código:

Objetivo Geral:

Apresentar as técnicas de prevenção e combate a incêndios através de demonstrações práticas e aulas teóricas sobre classificação do fogo e dos tipos de extintores corretos para cada tipo de



ambiente, bem como promover a capacitação para a realização de inspeções dos aparelhos de combate a incêndio.

Objetivos Específicos

- Compreender o funcionamento e inspeção dos sistemas fixos de combate e detecção de incêndio;
- Refletir quanto à importância da brigada de incêndio e do plano de abandono de área;
- Entender a aplicação dos componentes do sistema de sinalização de emergência.

Ementa:

Sistemas fixos de combate a incêndio; Inspeção e manutenção em sistemas fixos de combate a incêndio e normas técnicas pertinentes; Sistema de detecção e alarme; Equipamentos de Proteção Individual para combate a sinistros; Proteções estruturais contra sinistros; Saídas de emergência; Iluminação de emergência; Brigada de combate a incêndio; Plano de abandono de área; Proteção contra Incêndio (NR 23); Sinalização de Segurança (NR 26); Planos de Emergência; Planos de Contingência e seguros e resseguros no Brasil; Segurança e Saúde no Trabalho com inflamáveis e combustíveis (NR 20); Explosivos (NR 19);

Referências Básicas:

BRENTANO, Telmo. **A proteção contra incêndio no projeto de edificações**. 3. ed. Porto Alegre: Edição do autor, 2015.

CAMILLO JR., Abel B. **Manual de prevenção e combate a incêndios**. 16. ed. São Paulo: SENAC, 2022.

LEAL, Paulo. **Descomplicando a segurança do trabalho: Ferramentas para o dia a dia**. 3. ed. São Paulo: LTr Editora, 2018.

Referências Complementares:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13714**: Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio. Rio de Janeiro, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 11861**: Mangueira de incêndio - Requisitos e métodos de ensaio. Rio de Janeiro, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12779**: Mangueira de incêndio - Inspeção, manutenção e cuidados. Rio de Janeiro, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10897**: Sistemas de proteção contra incêndio por chuveiros automáticos — Requisitos. Rio de Janeiro, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 7240**: Sistemas de detecção e alarme de incêndio. Rio de Janeiro, 2017.

AITA, José Carlos Lorentz; PEIXOTO, Nirvan Hofstadle. **Prevenção e Combate a Sinistros**. Santa Maria: Rede e-Tec, 2012.

CAMPOS, V. F. **Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia**. 9. ed. Nova Lima: Falconi Editora, 2013.

CARDELLA, B. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística**. São Paulo: Atlas, 2009.



GONÇALVES, Danielle Carvalho; GONÇALVES, Isabelle Carvalho; GONÇALVES, Edwar Abreu. **Manual de segurança e saúde no trabalho**. 6. ed. São Paulo: LTr Editora, 2015.

QUARTO SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio			
Disciplina: Empreendedorismo			
CH Teórica: 40 h/a	CH Prática: 20 h/a	CH Total: 60 h/a	Código:
Objetivo Geral:			
Compreender os conceitos teóricos e práticos para desenvolver noções de planejamento para o empreendedorismo.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none">• Compreender o que é empreendedorismo, seus fundamentos e técnicas aplicáveis às etapas do processo empreendedor;• Identificar oportunidades de negócios;• Elaborar e avaliar um plano de negócios;• Apresentar gestão de pessoas e ampliar a visão do estudante sobre a importância do processo administrativo-organizacional;• Discutir o empreendedorismo como comportamento frente às novas tendências de mercado.			
Ementa:			
O processo empreendedor. Tipos de Empreendedorismo - Interno / Social e de Negócios. Empreendedorismo individual e coletivo. Conceito e Características de uma Startup. Identificação de oportunidades. Plano de negócios x modelo de negócio. Quadro modelo de negócios (<i>business model canvas</i>). A busca de financiamento. A assessoria para o negócio. Questões legais de constituição de empresas. Noções de gestão de pessoas. Gestão do ambiente organizacional do trabalho. Cooperativismo e associativismo. Mercado e o desenvolvimento econômico.			
Referências Básicas:			
CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor . São Paulo: Saraiva, 2012.			
SITA, A; SABOIA, E. Manual completo do empreendedorismo . São Paulo: Literare Books International, 2018.			
SHANE, Scott A; BARON, Robert A. Empreendedorismo: uma visão do processo . São Paulo: Cengage Learning, 2016.			
Referências Complementares:			
CARVALHO, A. D. de. Cooperativismo sob a ótica da gestão estratégica . São Paulo: Baraúna, 2011.			



CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas: O Novo Papel da Gestão do Talento Humano**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

JOHNSON, K. D. **A mente do Empreendedor**. São Paulo: Astra Cultural, 2019.

KOTLER, P. *et al.* **Marketing 4.0 – do Tradicional ao Digital**. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

MAXIMINIANO, Antônio Cesar Amaru. **Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio

Disciplina: Controle Ambiental

CH Teórica: 50 h/a

CH Prática: 10 h/a

CH Total:60 h/a

Código:

Objetivo Geral:

Conhecer os aspectos ambientais para discernir e identificar ações de degradação ambiental que interfiram no desenvolvimento sustentável, com vistas a assegurar a qualidade ambiental, a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.

Objetivos Específicos

- Conhecer os conceitos de meio ambiente, desenvolvimento sustentável, poluição e recursos naturais;
- Identificar os impactos ambiental que interfiram na qualidade ambiental;
- Ilustrar os processos de produção do ponto de vista da sustentabilidade e da preservação ambiental;
- Desenvolver o senso crítico, o trabalho em equipe e a identificação e solução de problemas dos processos produtivos em relação à sustentabilidade.

Ementa:

Concepções sobre meio ambiente; A questão ambiental no Brasil e no mundo; Recursos Naturais; Poluição ambiental; Conservação dos recursos naturais; Princípios básicos para a conceituação de impacto ambiental; Resíduos industriais: sólidos, líquidos e atmosféricos. Medidas de controle da poluição no meio aquático, terrestre e atmosférico; NR 25 - Resíduos Industriais. Gestão Ambiental e melhoria contínua; Conceitos de Economia Verde; Produção Mais Limpa; Desenvolvimento Sustentável; Licenciamento Ambiental de Empreendimentos. Norma ISO 14001. Temas da atualidade relacionados ao meio ambiente.

Referências Básicas:

FINKLER, Raquel *et al.* **Fundamentos da Engenharia Ambiental**. Porto Alegre: Sagah, 2018.

SILVA, Agenor Antônio E.; REZENDE, Mardele Eugênia T.; TAVEIRA, Paulo Tarso Augusto do P. **Segurança do Trabalho e Meio Ambiente: a dupla atuação**. São Paulo: Saraiva, 2019.

VESILIND, P A.; MORGAN, Susan M.; HEINE, Lauren G. **Introdução à engenharia ambiental**. 3. ed. Cengage Learning Brasil, 2021.

Referências Complementares:



BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L.; MIERZWA, J. C.; BARROS, M. T.; SPENCER, M.; PORTO, M.; NUCCI, N.; JULIANO, N.; EIGER, S. **Introdução à Engenharia Ambiental**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

PHILIPPI JR., A. **Saneamento, saúde e ambiente**. São Paulo: Manole, 2004.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. São Paulo, Atlas, 2007.

TENNEPOHL, C.; TRENNEPOHL, T. D. **Licenciamento Ambiental**. Niterói, RJ: Impetus, 2008.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio			
Disciplina: Segurança do Trabalho na Agropecuária e na Agroindústria			
CH Teórica: 50 h/a	CH Prática: 10h/a	CH Total: 60 h/a	Código:
Objetivo Geral:			
Construir conhecimento referentes à segurança do trabalho para o exercício seguro da profissão, avaliando as situações de risco, as causas dos acidentes e das patologias associadas aos processos produtivos, bem como das metodologias utilizadas na sua prevenção e controle na atividade rural.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as situações de risco à saúde causadas pela atividade laboral e as medidas de prevenção; • Compreender a importância dos programas de gestão em segurança do trabalho para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho nas atividades rurais, frigoríficas e agroindustriais; • Demonstrar, analisar e discutir os tipos de acidentes mais comuns e a forma de prevenção. 			
Ementa:			
Introdução as atividades rurais: agricultura, pecuária, silvicultura e outras. à saúde e segurança do trabalho na agroindústria; Segurança com tratores, máquinas agrícolas, motosserras dentre outras; Segurança em silos e armazéns; Agrotóxicos: riscos e prevenção; Animais peçonhentos e com substâncias naturais; Zoonoses e segurança no trato com animais; Ergonomia aplicada à agropecuária e agroindústria; Condições de trabalho, riscos, acidentes e doenças ocupacionais das atividades agropecuárias e agroindustriais; Prevenção e combate a incêndios Rural; Normas Regulamentadoras aplicadas à atividade rural e agroindústria: NR 31 Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura e NR- 36: Segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados.			
Referências Básicas:			



BARBOSA FILHO, Antonio Nunes. **Segurança do Trabalho na Agropecuária e na Agroindústria**. São Paulo: Atlas, 2016.

CAMISASSA, Mara Queiroga. **Segurança e saúde no trabalho: NRs 1 a 37 comentadas e descomplicadas**. Barueri, SP: Método, 2022.

PEREIRA, Alexandre D. **Tratado de segurança e saúde ocupacional: aspectos técnicos e jurídicos NR 29 a NR 36**. São Paulo: Saraiva, 2015. v. 7

Referências Complementares:

EQUIPE ATLAS. **Manuais de legislação Segurança e Medicina do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2013.

AYRES, Dennis de Oliveira; CORRÊA, José Aldo Peixoto. **Manual de prevenção de acidentes do trabalho: aspectos técnicos e legais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FREITAS, Luís Conceição. **Manual de segurança e saúde do trabalho**. Lisboa: Sílabo, 2016.

GONÇALVES, I. C.; GONÇALVES, D. C.; GONÇALVES, Edwar Abreu. **Manual de Segurança e Saúde no Trabalho**. São Paulo: LTr Editora, 2018.

MATTOS, Ubirajara; MÁSCULO, Francisco. **Higiene e segurança do trabalho**. 2. ed. São Paulo: LTC, 2019.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio

Disciplina: Gerenciamento de Riscos

CH Teórica: 40 h/a

CH Prática: 20 h/a

CH Total: 60 h/a

Código:

Objetivo Geral:

Possibilitar que o aluno desenvolva uma visão crítica a respeito da prevenção e do controle de perdas de um sistema e do gerenciamento de riscos do mesmo, apresentando um enfoque técnico e moderno do prevencionismo ao profissional da área de segurança e associar os objetivos da disciplina com o conceito prevencionista de acidente de trabalho.

Objetivos Específicos

- Compreender a dinâmica do processo de gerenciamento de riscos;
- Entender o funcionamento de um sistema de gestão;
- Compreender a cultura organizacional;
- Compreender a implementação de um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho;
- Planejar e executar programas e projetos de análise de riscos, estabelecendo metas, cronogramas, custos e procedimentos de avaliação;
- Formular estratégias para a implantação dos programas necessários;
- Classificar, selecionar e aplicar metodologias de análise de riscos;
- Identificar os riscos sob a ótica de probabilidade e consequência do mesmo;
- Analisar e avaliar as perdas de um sistema.

Ementa:



Evolução do precionismo; Custo direto e custo indireto de acidente de trabalho; Conceituação de risco; Abordagem de gerenciamento de riscos nas normas nacionais e internacionais; Identificação, avaliação e classificação dos riscos; Análise quantitativa e qualitativa dos riscos; Elementos de um sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional; Estudo e elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos -PGR; Análise de acidentes do trabalho com a utilização de ferramentas adequadas; Inspeção de Segurança; Relatórios de inspeção; *Check List* (Normas, Inspeções, Atividades etc.); Ordens de Serviço - OS; Principais técnicas de identificação, análise e avaliação de riscos; Estudo e elaboração de APR - Análise Preliminar de Risco.

Referências Básicas:

- CAMPOS, V. F. **Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia**. 9. ed. Nova Lima: Falconi Editora, 2013.
- CRUZ, T. **Sistema de Gestão Integrado**. São Paulo: Atlas, 2018.
- DIAS, F. **Gerenciamento de riscos em projetos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- MORAES, M. V. G. **Gerenciamento de risco ocupacional**. São Paulo: Saraiva, 2021.
- SALIBA, T. M.; DE FREITAS LANZA, M. B. **Curso básico de segurança e higiene ocupacional**. São Paulo: LTr Editora, 2018.

Referências Complementares:

- AYRES, D. de O.; CORRÊA, J. A. P. **Manual de prevenção de acidentes do trabalho: aspectos técnicos e legais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- FRAPORTI, S.; SANTOS, J. B. **Gerenciamento de riscos**. Porto Alegre: Sagah, 2018.
- GONÇALVES, I. C.; GONÇALVES, D. C.; GONÇALVES, Edwar Abreu. **Manual de Segurança e Saúde no Trabalho**. São Paulo: LTr Editora, 2018.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. dos. **Gestão e indicadores em segurança do trabalho: uma abordagem prática**. São Paulo: Érica, 2019.
- TAVARES, J. da C. **Noções de prevenção e controle de perdas em segurança do trabalho**. São Paulo: Senac, 2016.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio

Disciplina: Segurança na Indústria da Construção Civil

CH Teórica: 30 h/a

CH Prática: 10 h/a

CH Total: 40 h/a

Código:

Objetivo Geral:

Possibilitar que o aluno desenvolva uma visão crítica a respeito da prevenção de acidentes no âmbito da construção civil, apresentando um enfoque técnico e moderno do precionismo ao profissional da área de segurança e associar os objetivos da disciplina com o conceito precionista de acidente de trabalho.



Objetivos Específicos
<ul style="list-style-type: none"> • Descrever o setor da construção civil e sua importância; • Compreender e identificar os riscos envolvidos nas diferentes fases da construção; • Apresentar formas para mitigar os riscos presentes na construção civil.
Ementa:
Introdução ao setor da construção civil, suas características e importância econômica e social; Fases construtivas; Áreas de vivência; PCMAT - Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil; Riscos nas fases da obra; Andaimos e plataformas de trabalho; Atos inseguros típicos na construção civil; Treinamento e capacitação dos trabalhadores.
Referências Básicas:
RODRIGUES, Flávio Rivero. Prevenindo acidentes na construção civil . 2. ed. São Paulo: LTr Editora, 2013.
CAMISASSA, Mara Queiroga. Segurança e saúde no trabalho: NRs 1 a 37 comentadas e descomplicadas . Barueri, SP: Método, 2022.
BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 18 - Segurança e Saúde no Trabalho na Construção Civil . Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2021.
TEIXEIRA, Pedro Luiz Lourenço. Segurança do trabalho na construção civil: do projeto à execução final . São Paulo: Navegar, 2009.
Referências Complementares:
BARBOSA FILHO, Antonio Nunes. Segurança do trabalho na construção civil . São Paulo: Atlas, 2015.
ROUSSELET, Edison da Silva; FALCÃO, Cesar. A segurança na obra . 1. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1999.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio			
Disciplina: Direito Trabalhista e Previdenciário			
CH Teórica: 30 h/a	CH Prática: 10 h/a	CH Total: 40 h/a	Código:
Objetivo Geral:			
Promover a compreensão da legislação trabalhista analisando os direitos e deveres dos empregados e empregadores, e o direito previdenciário, com enfoque no RGPS - Regime Geral de Previdência Social abordando de maneira concisa a legislação que norteia a disciplina.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Assimilar os principais conceitos sobre o Direito Trabalhista e Previdenciário; • Estimular o interesse sobre a importância da legislação trabalhista e previdenciária na Segurança do Trabalho; 			



<ul style="list-style-type: none">Compreender dispositivos legislativos relevantes ao profissional de Segurança no Trabalho.
Ementa:
Fundamentos do Direito do Trabalho. A jornada do trabalho e seus reflexos legais e trabalhistas. Relação de Trabalho. Contrato individual de trabalho: generalidades, duração, espécies, alteração, rescisão, aviso prévio, estabilidade. Proteção do trabalho da mulher e do menor. Seguridade e previdência social: histórico, noções, generalidades e conceitos. Segurados. Benefícios previdenciários. Direitos e deveres do profissional de Segurança do Trabalho; Legalidade do SESMT.
Referências Básicas:
CAMPOS, José Luiz Dias. O ministério público e o meio ambiente do trabalho: responsabilidade civil e criminal do empregador e prepostos. São Paulo: FUNDACENTRO, 1991. CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do trabalho. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense: Método, 2015. SANTOS, Marisa Ferreira dos. Direito previdenciário esquematizado. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
Referências Complementares:
BOMFIM, Vólia. Direito do Trabalho. 19. ed. São Paulo: Método, 2022. CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho: legislação complementar, jurisprudência. 46. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2022. NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Mascaro. Iniciação ao Direito do Trabalho. 41. ed. São Paulo: LTr Editora, 2018. ROMAR, Carla Teresa Martins. Direito do trabalho esquematizado. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio			
Disciplina: Projeto Integrador			
CH Teórica: 20 h/a	CH Prática: 20 h/a	CH Total: 40 h/a	Código:
Objetivo Geral:			
Aplicar os conhecimentos que norteiam a formação do aluno de forma integradora na teoria-prática do da área de Saúde e Segurança do Trabalho, despertando a capacidade de trabalho em equipe, autonomia e empreendedorismo.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none">Efetuar pesquisa sobre determinado tema;Aplicar o conteúdo trabalhado nas disciplinas;Integrar o conteúdo trabalhado nas disciplinas;			



- Socializar, com discentes e docentes do curso, o trabalho interdisciplinar desenvolvido durante o curso.

Ementa:

Aspectos da interdisciplinaridade; Generalidades e conceitos básicos, correlação entre teoria e prática em Segurança e Saúde no Trabalho; Noções do estudo e aplicação da metodologia científica, formas de organização, análises e elaboração de textos científicos; Atividades de integração das disciplinas do curso; Estudos de casos gerais e específicos; Desenvolvimento de relatório técnico em SST referente à prática profissional desenvolvida; Características e importância de projetos; Apresentação de relatórios e projetos integrados de conclusão de curso.

Referências Básicas:

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2021.

LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2021.

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica - Guia Prático para Trabalhos Científicos**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

ROJAS, Pablo R. A. **Técnico em segurança do trabalho (Tekne)**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Referências Complementares:

HORIUCHI, A.; AGLINSKAS, R. da C. **Guia de normalização para apresentação de trabalhos acadêmicos da Universidade Paulista: ABNT**. São Paulo, 2018.

ISKANDAR, J. I. **Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos**. Paraná: Juruá, 2012.

OLIVEIRA, J. L. de. **Texto acadêmico: técnicas de redação e pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SALIBA, Tuffi Messias; LANZA, Maria Beatriz de Freitas. **Curso básico de segurança e higiene ocupacional**. São Paulo: LTr Editora., 2018.